



FACULDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KARINE LORRANE FRANÇA DA SILVA

**TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES  
RELIGIOSAS**

PARAUAPEBAS  
2025

KARINE LORRANE FRANÇA DA SILVA

**TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES  
RELIGIOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis para a obtenção do Título de Bacharel.

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Esp. Sara Debora Carvalho Cerqueira

**Nota:** A versão original deste trabalho de conclusão de curso encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA em Parauapebas – PA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho de conclusão, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

S586t Silva, Karine Lorrane França da.

Terceiro setor: contabilidade para organizações religiosas / Karine Lorrane França da Silva – Parauapebas / PA: FADESA, 2025.  
56f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – FADESA, Bacharelado em Ciências Contábeis, 2025.

Orientadora: Prof. Esp.: Sara Debora Carvalho Cerqueira.

1. Terceiro Setor. 2. Contabilidade. 3. Organizações Religiosas. 4. Transparência. 5. Gestão Financeira. I. Cerqueira, Sara Debora Carvalho. II. Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. III. Título.

CDD 657

KARINE LORRANE FRANÇA DA SILVA

**TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES  
RELIGIOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, para obtenção do Título de Bacharel.

Aprovada em: 09 / 06 / 2025

**Banca Examinadora**



---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Sara Debora Carvalho Cerqueira  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
(Orientadora)



---

Prof. Esp. Mateus da Silva Sousa  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
(Avaliador)



---

Prof. Esp. William Araújo Gomes  
Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia  
(Avaliador)

Data de depósito do trabalho de conclusão \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

KARINE LORRANE FRANÇA DA SILVA

**TERCEIRO SETOR: CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES  
RELIGIOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA), como parte das exigências do Programa do Curso de Ciências Contábeis, para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.



---

Karine Lorraine França da Silva  
(Discente)



---

Prof. Esp. Mateus da Silva Sousa  
(Coordenador do Curso de Ciências Contábeis)

Dedico este trabalho ao meu pai, à minha mãe e à minha irmã, que sempre estiveram ao meu lado com amor, apoio e incentivo incondicional. Em cada momento difícil, encontrei em vocês a força para continuar; em cada desafio, o encorajamento necessário para não desistir. Sou imensamente grata por todo o esforço, cuidado e dedicação que sempre tiveram comigo. Cada ensinamento, gesto de carinho e palavra de apoio contribuíram para que eu chegasse até aqui, mais forte e determinada. Agradeço a Deus pela bênção de tê-los na minha vida. Obrigada por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidei, por caminharem ao meu lado em cada etapa e por celebrarem comigo cada conquista. Vocês são o meu alicerce, meu porto seguro, e fundamentais em todas as dimensões da minha vida, pessoal, profissional e emocional. Amo vocês com todo o meu coração!

## **AGRADECIMENTOS**

Início este trabalho expressando minha profunda gratidão a Deus, por ter me sustentado em cada etapa desta caminhada. A Ele agradeço não apenas pela conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso, nem apenas pela graduação, mas pela realização de um sonho, o de ingressar e concluir uma formação na área com a qual sempre sonhei. Sou imensamente grata ao Senhor por me fortalecer nos momentos difíceis e por ter me concedido a graça de alcançar esta conquista.

Agradeço, com todo o carinho, à minha família, e ao meu namorado, que sempre esteve ao meu lado com amor, incentivo e apoio incondicional. Cada gesto de encorajamento, cada palavra de motivação e cada sacrifício feito em prol do meu crescimento foram essenciais para que eu não desistisse. Sou verdadeiramente grata a Deus pela vida de cada um de vocês. Amo vocês com todo o meu coração!

Expresso também minha sincera gratidão à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Esp. Sara Débora, por sua dedicação, paciência e disponibilidade ao longo desta jornada. Seus ensinamentos, suas orientações e seus incentivos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço profundamente por não ter desistido de mim, mesmo diante das muitas responsabilidades que também enfrentava.

Estendo meus agradecimentos a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica. Foram quatro anos de intensos desafios, muito aprendizado e crescimento pessoal e profissional. Reconheço e valorizo o esforço de cada docente em compartilhar conhecimento com empenho e compromisso.

Aos colegas de turma que estiveram presentes ao longo dessa caminhada, deixo meu apreço por cada momento compartilhado. Fomos firmes, superamos juntos as dificuldades e construímos uma história que levaremos para sempre. A todos, o meu muito obrigada.

“O Senhor, pois, é aquele que vai diante de ti; ele será contigo, não te deixará, nem te desampará. Não temas, nem te espantes”.

(Bíblia Sagrada, Deuteronômio 31.8)

## RESUMO

O presente estudo abordou a contabilidade aplicada às organizações religiosas inseridas no terceiro setor, destacando sua função na estruturação administrativa e na promoção da transparência na gestão de recursos. A pesquisa fundamenta-se na importância das práticas contábeis como instrumento de controle, prestação de contas e conformidade legal, especialmente em instituições sem fins lucrativos. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa, com coleta de dados por meio de questionários aplicados a profissionais de escritórios de contabilidade no município de Parauapebas (PA). Os resultados demonstraram que, embora haja conhecimento parcial das normas contábeis, como a NBC ITG 2002, ainda existem dificuldades relacionadas à emissão de documentos, controle financeiro, transparência dos gestores e adoção de tecnologias contábeis. Verificou-se também a necessidade de capacitação dos líderes religiosos e a implementação de sistemas específicos de gestão como medidas fundamentais para o fortalecimento da contabilidade nas entidades analisadas. Conclui-se que a contabilidade, quando aplicada de forma estruturada, contribui significativamente para a confiabilidade das informações, a organização interna e a captação de recursos. O estudo se apresenta como referência para gestores, contadores e demais interessados em promover boas práticas contábeis nas organizações religiosas do terceiro setor.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor; Contabilidade; Organizações Religiosas; Transparência; Gestão Financeira.

## **ABSTRACT**

This study addressed accounting practices applied to religious organizations within the third sector, emphasizing their role in administrative structuring and the promotion of transparency in resource management. The research is based on the relevance of accounting procedures as tools for control, accountability, and legal compliance, especially in nonprofit institutions. A quantitative approach was adopted, with data collected through questionnaires applied to professionals from accounting firms in the municipality of Parauapebas (PA). The findings revealed that, although there is partial knowledge of accounting standards such as NBC ITG 2002, there are still challenges related to the issuance of documents, financial control, managerial transparency, and the adoption of technological tools. The study also identified the need for leadership training and the implementation of specific management systems as key measures for strengthening accounting practices in the analyzed entities. It is concluded that structured accounting significantly contributes to the reliability of information, internal organization, and fundraising capacity. This study serves as a reference for managers, accountants, and other stakeholders interested in promoting sound accounting practices in religious organizations operating within the third sector.

**Keywords:** Third Sector; Accounting; Religious Organizations; Transparency; Financial Management.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**NBC** - Normas Brasileiras de Contabilidade.

**ITG** - Interpretação Técnica Geral.

**NBC ITG** - Norma Brasileira de Contabilidade - Interpretação Técnica Geral.

**CRC** - Conselho Regional de Contabilidade.

**CFC** - Conselho Federal de Contabilidade.

**CPC** - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**PIB** - Produto Interno Bruto.

**FBC** - Fundação Brasileira de Contabilidade.

**PROFIS** - Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social.

**NBC TG** - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral.

**NBC TSP 1** - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público n.º 1.

**ONG/ONGs** - Organização Não Governamental / Organizações Não Governamentais.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**SINCOV** - Sistema de Convênios (Sistema que controla convênios com transparência e legalidade).

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>CONTABILIDADE NO CONTEXTO DO TERCEIRO SETOR</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>O papel das organizações religiosas do terceiro setor</b> .....	<b>16</b>
<b>2.2</b>	<b>Particularidades da contabilidade para as organizações não lucrativas</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Desafios contábeis específicos do terceiro setor</b> .....	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>Regulamentações e normas contábeis para entidades religiosas</b> .....	<b>20</b>
<b>3.2</b>	<b>Importância da transparência e gestão financeira e os mecanismos de prestação de contas</b> .....	<b>22</b>
<b>3.3</b>	<b>Tecnologia e ferramentas contábeis</b> .....	<b>24</b>
<b>3.4</b>	<b>Perspectivas futuras</b> .....	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>Método de pesquisa</b> .....	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>Local da pesquisa</b> .....	<b>28</b>
<b>4.3</b>	<b>Coleta, amostra e análise de dados</b> .....	<b>28</b>
<b>4.4</b>	<b>Aspectos éticos</b> .....	<b>29</b>
<b>4.5</b>	<b>Critérios de inclusão exclusão</b> .....	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>
	<b>APÊNDICE A - Questionário elaborado para fins de pesquisa de campo</b>	

## 1 INTRODUÇÃO

Composto por organizações sem fins lucrativos, o terceiro setor desempenha um papel crucial na sociedade moderna, que atua em diversas áreas, dentre elas está a assistência social, educação, saúde e meio ambiente. Segundo Alves; Bonho (2018) “Seu conceito trata de entidades que prestam serviços em caráter voluntário para a sociedade, sem fim lucrativo, sua função visa ao bem comum”. Podendo atuar no preenchimento das falhas deixadas pelo setor público e privado, promovendo a cidadania e a inclusão social.

Nas organizações religiosas em específico o terceiro setor promove atividades sociais, culturais e assistências que comovem diversas comunidades necessitadas. Pois, além de serem centros de fé e espiritualidade, essas instituições atuam no bem-estar social, que oferece suporte a grupos frágeis e contribui para a coesão social. Diante disso, essas organizações não se destacam apenas por sua religiosidade, mas pela relevância de suas atividades sociais e comunitárias.

De acordo com Santos (2012), os valores religiosos sempre proporcionaram um terreno fértil para o desenvolvimento do voluntariado, uma vez que todas as tradições religiosas enfatizam a importância de instituições como a família, os amigos, os vizinhos e a igreja como primeiras instâncias de apoio em tempos de necessidade.

Diante disso, para que haja transparência e responsabilidade na administração dos recursos é essencial haver uma contabilidade correta em suas aplicações, dentro das normas contábeis, fortalecendo a confiança da comunidade, dos fiéis e dos financiadores, e assim assegurando sua conformidade legal.

Há particularidades e desafios na contabilidade das organizações religiosas e é importante entender isto, e isto inclui a gestão de doações, a prestação de contas e a necessidade de relatórios financeiros que representam não apenas a situação econômica, mas também o acatamento de sua missão social e espiritual.

É necessário discutir não apenas os princípios contábeis, mas também a ética e a importância da responsabilidade social, abordando essa questão para a contabilidade, permitindo assim um entendimento mais profundo da importância dessas instituições e a importância de uma gestão financeira adequada, para assim fortalecer suas comunidades e realizar suas atividades.

As organizações religiosas desempenham um papel importante no contexto social e econômico do Terceiro Setor, muitas vezes atuando como promotoras de

ações sociais e assistenciais. No entanto, devido à falta de regulamentação específica ou padronização na gestão contábilística, muitas dessas organizações enfrentam desafios em relação à transparência, prestação de contas e captação de recursos.

A ausência de práticas fiscais controladas pode resultar em problemas fiscais e financeiros, comprometendo suas atividades. Portanto, para que haja uma ferramenta estratégica para o planejamento, monitorando as atividades financeiras e a execução dessas atividades é necessário que haja uma contabilidade externa, permitindo assim alcançar objetivos de maneira eficiente e eficaz.

Esta pesquisa se fundamenta na seguinte problemática: Como a contabilidade aplicada às organizações religiosas pode contribuir para uma gestão mais eficiente e transparente no Terceiro Setor, quais são seus principais desafios na adoção dessas práticas?

Este trabalho tem como objetivo geral analisar e avaliar a contabilidade das organizações religiosas do terceiro setor destacando a sua importância na gestão dos recursos e na transparência, destacando como hábitos contábeis podem favorecer positivamente para uma gestão mais transparente e eficiente.

Tendo como objetivo específico a investigação dos principais desafios financeiros enfrentados pelas organizações religiosas do Brasil; identificar as práticas contábeis mais eficazes para organizações do terceiro setor, como foco nas entidades religiosas; e avaliar como uma contabilidade mais estruturada pode melhorar a prestação de contas e a captação de recursos de organizações religiosas.

Este tema é justificado pela importância das organizações religiosas no cenário social brasileiro, principalmente em tempos de crise e desigualdade. Concernir como a contabilidade pode ser um auxílio a essas instituições na gestão de recursos é essencial para intensificar seu impacto social e garantir a confiança dos doadores e da comunidade.

As organizações do terceiro setor desempenham um papel crucial na promoção de ações sociais e assistências. No entanto, a ausência de regulamentação específica e padronização na gestão contábil podem comprometer a transparência, a prestação de contas e a captação de recursos. A contabilidade adequada é essencial para garantir a conformidade legal, fortalecer a confiança de doadores e parceiros, e assegurar a sustentabilidade das operações dessas entidades.

## 2 CONTABILIDADE NO CONTEXTO DO TERCEIRO SETOR

Third Sector termo trazido para o português Terceiro Setor, passou a ter importância no cenário mundial a partir da década de 1970. Com o objetivo de atender as pessoas em suas necessidades básicas. Segundo Alves; Bonho (2018, p. 14) “O terceiro setor originou-se com a função de atender as pessoas em suas necessidades básicas”. Foi aplicado pela primeira vez nos Estados Unidos atuando em instituições voluntárias, criadas por particulares, como universidades, hospitais, igrejas, e outras organizações sociais.

Na década de 1980, foi implantado na Europa, porém o termo era referido mais a caridades e doações. Em 1990, tornou-se conhecida no Brasil quando passou a estabelecer o conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que buscava atender as demandas da sociedade, através de recursos de doações e mediante a parcerias com o poder público.

Alves; Bonho (2018, p.14) também afirma que a igreja católica foi uma importante influência na implantação do terceiro setor, como objetivo maior de fazer o bem, as pessoas ajudavam por livre e espontânea vontade e por iniciativa própria, para desenvolver esse tipo de ação.

Ao longo dos anos, foram se aderindo pessoas de vários níveis socioeconômicos e políticos. Em 1970, surgiu as ONGs, hoje chamadas de organização do terceiro setor, movimentos replicantes às ações do governo, e na sua evolução como pessoas que se juntavam nessas atividades políticas e que não faziam parte das organizações do governo.

Mas tanto o processo de formação quanto o de consolidação das ONGs no Brasil datam das décadas de 1960 e 1970, mas tiveram notável crescimento e conhecimento somente a partir das décadas de 1980 e 1990 devido às restrições político-partidárias, impostas pelos governos militares da época. (Almeida e Espejo, 2012, *apud* Alves; Bonho, Porto Alegre, 2018, p. 14).

A contabilidade se torna essencial para o terceiro setor promovendo a transparência, eficiência e a sustentabilidade das organizações deste setor. Ela permite que demonstrem como os recursos recebidos estão sendo utilizados, mantendo assim a confiança dos doadores e beneficiários.

## 2.1 O papel das organizações religiosas do terceiro setor

Para um conhecimento mais complexo do terceiro setor, precisamos entender o conceito, as características, e as definições do primeiro, segundo e terceiro setores. O primeiro setor, trabalha com o governo, o Estado, é o que utiliza recursos públicos com o propósito de estimular o bem-estar social. O segundo setor entende-se como as empresas, as quais utilizam recursos privados para benefícios particulares. Já o terceiro setor está posicionado entre os dois setores, é o que visa o bem-estar público, utilizando de recursos humanos e financeiro no contexto privado.

A principal diferença dos três setores são os recursos financeiros, existe uma grande diferença, pois o primeiro setor tem sua fonte geradora de recursos que são: impostos, tributos, multas, dentre outros. O segundo setor gera meios para ele mesmo e para o primeiro setor, movimentando seus recursos. O terceiro setor administram poucos recursos, recurso vindo do próprio patrimônio, caso possuam, ou da capacidade de obter recursos pelos seus serviços ou pela capacitação deles, mas sempre nos limites do princípio “sem fins lucrativos”.

Alves; Bonho (2018, p.16) diz: “As organizações não sobrevivem sem recursos financeiros, mas são a origem e o fim a que eles se destinam que formaram o diferencial entres esses três setores”.

A marca “sem fins lucrativos” é um diferencial exclusivo do terceiro setor. O lucro no terceiro setor não pode ser visado, pois assim desaproveitariam das fontes dos seus recursos. Os três setores por sua vez, se tratando dos recursos financeiros tem um processo diferente quanto a fim a que se designam a hipóteses que constituem essas finalidades, quanto ao primeiro setor o governo, não visa o lucro sendo sua fonte de riqueza incessante.

Outra característica importante que diferencia os setores é o setor econômico, pois o terceiro setor tem suas raízes no manuseio deste setor, sendo que a geração de recursos prevê premissa e condições específicas que não se encontram, por inúmeras razões, na maioria das organizações que compõem e movimentam o setor.

Diante disso, o terceiro setor tem buscado apoio no primeiro setor, no governo, ou no segundo setor, que são mercados e empresas, uma quantia que lhe proporcionassem a sobrevivência, dessa forma, suas ações dependem da obtenção de recursos. Sendo assim, a falta de recursos no terceiro setor não insiste, pelo contrário, o incentiva formando uma ação perversa que não promove o aumento de

um processo de gestão econômica, mantendo assim, dependente, a organização do terceiro setor.

Alves; Bonho (2018, p. 17) também afirma: “O planejamento do primeiro setor é o cenário político, o do segundo setor é o cenário econômico e o do terceiro é cenário social, portanto, esses cenários determinarão o sentido da visão das suas ações”.

Neste sentido, o primeiro setor tem uma visão política configurada na tradição e com forte influência no fator “poder”. O segundo setor estabelece, de uma visão provável de “progresso financeiro”, e por se tratar da própria manutenção e das consequências que causaria, não pode ser afastado. Como sociedade civil organizada na ação social o terceiro setor amadurece a solidariedade pela própria vivência social, portanto, visa uma reconstrução das causas sociais, analisando reconstruir e refazer o lado positivo, necessário e urgente da vida das pessoas e das comunidades.

## **2.2 Particularidades da contabilidade para as organizações não lucrativas**

A contabilidade do terceiro setor tem seu diferencial, como no título acima afirma, é uma organização sem fins lucrativos, mas para sua sobrevivência e para continuar auxiliando os necessitados, o terceiro setor necessita de investimentos e financiamentos, o que é um grande desafio para essas entidades, dependendo apenas de recursos governamentais ou de empresas. Alves; Bonho (2018, p. 19), afirma que é de suma importância, a comprovação da sua honestidade e idoneidade por meio das prestações de contas fiscais e financeiros, mostrando assim onde o dinheiro foi aplicado.

A sociedade não participa dos resultados positivos a seus associados, ocorrendo isso, esse valor é aplicado novamente em ações sociais. E quando se tratar de recursos privados poderá ser realizado uma auditoria independente para comprovar a legitimidade das informações apresentadas, toda entidade deve ter transparência total, divulgando seus resultados e espalhando aprendizados. Diante desde fundamento, o terceiro setor deve sempre agir pensando no público, de acordo com a ética reguladora das suas ações.

Há muitas particularidades entre o setor privado e o terceiro setor, desde as histórias, culturas e prática, considerando que no setor privado a informação é privada e é a fonte do seu poder; já no terceiro setor a informação deve ser pública e compartilhada com as demais organizações. (Cruz 2002, *apud* Alves; Bonho, Porto Alegre, 2018)

O terceiro setor somente visa ao bem comum e bem-estar da sociedade, sem a intenção de obter lucros, prestando serviços em caráter voluntário. Nas normas expedidas do CFC ela conduz as ações dessas entidades, principalmente no que se concede ao reconhecimento de receitas e despesas.

### **2.3 Desafios contábeis específicos do terceiro setor**

O terceiro setor tem diversos desafios que são bastante complexos e diversos, devido à natureza e o objetivo desta organização sem fins lucrativos, alguns dos principais desafios são exibidos logo abaixo.

Muitas destas organizações do terceiro setor está sujeito a doações, convênios e patrocínios. O reconhecimento destas receitas e despesas, pode ser complexo, principalmente em relação a percepção do momento oportuno e a mensuração. Segundo Alves; Bonho (2018), as organizações do terceiro setor são instituições privadas sem fins lucrativos, que de forma voluntária, oferecem serviços à sociedade com o objetivo de promover o bem comum e o bem-estar social, sem visar ao lucro.

Há uma grande necessidade nas transparências, mas algumas organizações enfrentam dificuldades no fornecimento de relatórios financeiros claros e acessível para doadores, beneficiários e órgãos regulamentadores.

Alves; Bonho (2018, p. 20) afirmam:

São entidades criadas e administradas por um grupo de pessoas (em livre iniciativa particular), ou seja, são juridicamente privadas, porém realizam ações e prestam serviços a um grupo maior de pessoas, pelo menos maior que sua diretoria, podendo, por isso, ser consideradas de finalidade pública. Essas organizações se dizem não governamentais por não serem administradas/gerenciadas por nenhum órgão do Estado, o que não lhes impossibilita de receber recursos, prestar serviços a ele ou até ser criada por alguém ligado diretamente ao aparelho burocrático estatal.

Apesar de o terceiro setor representar um conjunto de organizações com significativa força econômica, especialmente nos países mais desenvolvidos, o nível de informações disponíveis sobre essa área ainda é limitado. Essa escassez de dados contribui para a disseminação de mitos infundidos, distorções ideológicas e interpretações equivocadas, que, por sua vez, ameaçam e restringem o seu prelo desenvolvimento.

### 3 CONTABILIDADE PARA ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

A igrejas católicas, evangélicas e demais organizações religiosas desempenham um papel fundamental não apenas dentro dos templos, mas também em trabalhos sociais de interesses públicos. Suas ações impactam diretamente as comunidades onde atuam, especialmente em regiões marcadas pela escassez de recursos, promovendo assistência e apoio a quem mais precisa.

As organizações religiosas constituem-se como pessoas jurídicas de direito privado, formadas por indivíduos ou entidades que compartilham a mesma crença. Fundamentos em princípios de fé, essas instituições orientam suas pratica com base em valores religiosos, filosóficos ou ideológicos, os quais sustentam suas atividades, que podem abranger não anão apela culto, mas também ações de cunho educacional, assistencial, comunitário e social (CRC, 2022).

O termo “organizações religiosas” é abrangente e inclui a diversidade de crenças, não se limitando as religiões tradicionais. Essas entidades, caracterizadas como sem fins lucrativos, podem depender de doações da sociedade, contribuições de seus membros ou apoio de órgãos públicos do Estado, enfrentando, contudo, desafios significativos nesse contexto.

O Terceiro Setor é composto pelas entidades sem fins lucrativos que têm por objetivo o bem comum da sociedade. Entre elas, destacam-se as entidades tradicionais religiosas e laicas, as paraestatais, a organizações não governamentais, as associativas, as de iniciativa empresarial e as de empreendimentos no terceiro setor. (Tachizawa, T. 2019 *apud* Moura; Carvalho, et al, 2014)

De acordo com o artigo 2º, alínea “c”, da Lei nº 13.204, de 2015, considera as organizações religiosas podem se dedicar as atividades ou projetos de interesse público e de cunho social, distintos daqueles voltados exclusivamente a fins religiosos. Essa legislação autoriza a administração pública a apoiar a execução desses projetos, abrangendo iniciativas educacionais, como cursos profissionalizantes, bem como ações sociais, incluindo a recuperação de dependentes químicos, a distribuição de alimentos e projetos na área da saúde.

As organizações religiosas, por não possuírem finalidade econômica, inicialmente não eram reconhecidas como pessoas jurídicas de direito privado. No entanto, com a inclusão da Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que acrescentou no inciso IV ao artigo 44 do Código Civil Brasileiro, essas entidades

passaram a ser formalmente enquadradas como pessoas jurídicas sem fins econômicos e lucrativos, ficando sujeitas as obrigações legais aplicáveis a essa categoria.

Art. 1º Esta Lei define as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

IV – as organizações religiosas;

A partir desse marco, a contabilidade tornou-se essencial para essas entidades, garantindo o cumprimento das normas fiscais, trabalhistas e demais exigências legais, além de assegurar a transparência financeira. Além de auxiliar na aplicação de regras fiscais e contábeis específicas, a contabilidade exige a manutenção de registros detalhados e a emissão de recibos de doações. Ademais, é fundamental que a contabilidade observe a legislação trabalhista e assegure o correto cumprimento das obrigações fiscais, incluindo a apresentação das declarações de impostos.

### **3.1 Regulamentações e normas contábeis para entidades religiosas**

O terceiro setor é regido pelas práticas contábeis adotados no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como as manifestações, interpretações e orientações publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente homologadas pelos órgãos reguladores competentes. Além disso, as entidades do terceiro setor podem adotar práticas contábeis em temas não regulamentadores, desde que estejam em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG).

As normas contábeis aplicáveis ao terceiro setor estão organizadas de forma sistematizada, conforme apresentado na Figura 1, que reúne os principais referenciais normativos que orientam a escrituração, a transparência e a prestação de contas das entidades que integram esse segmento.

**Figura 1:** Normas Brasileiras de Contabilidade específicas do Terceiro Setor

<b>RESOLUÇÃO</b>	<b>NORMAS</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>CFC nº 966-2003</b>	<b>NBC T 10.19</b>	Entidades sem finalidade de lucros.
<b>CFC nº 926-2001</b>	<b>NBC T 10.19</b>	Entidades sem finalidade de lucros.
<b>CFC nº 877-2000</b>	<b>NBC T 10.19</b>	Aspectos contábeis entidades sem fim de lucros.
<b>CFC nº 852-1999</b>	<b>NBC T 10.18</b>	Entidades sindicais e associações de Classe.
<b>CFC nº 838-1999</b>	<b>NBC T 10.18</b>	Aspectos contábeis entidades sindicais.
<b>CFC nº 837-1999</b>	<b>NBC T 10.4</b>	Aspectos contábeis entidades diversas fundações.

Fonte: Adaptação de MONSER, SOUZA e PINTO Junior, et al (2011, p. 70).

Em 1º de Janeiro de 2012, entrou em vigor a NBC ITG 2002 (R1), estabelecida pela Resolução CFC 1.409/2012, que regulamenta as entidades sem fins lucrativos. Essa norma define o reconhecimento de transações e variações patrimoniais, a estruturação das demonstrações contábeis e os requisitos mínimos de divulgação nas notas explicativas dessas entidades.

Em 2 de setembro de 2015, a Norma Brasileira de Contabilidade ITG 2002 foi atualizada com o objetivo de proporcionar maior clareza quanto ao tratamento contábil aplicável às subvenções recebidas por entidades sem fins lucrativos e às atividades realizadas por voluntários. As alterações visaram uniformizar os registros contábeis, promovendo maior transparência e padronização das informações prestadas por essas organizações.

Conforme orientações do Conselho Federal de Contabilidade (2015), a redação atualizada da ITG 2002 especifica que as subvenções concedidas mediante solicitação individual devem ser contabilizadas como receita no resultado das entidades.

Por outro lado, aquelas transferidas de forma geral a todas as organizações sem fins lucrativos não devem ser reconhecidas como receita. A norma também esclarece que a atuação dos membros da administração deve ser classificada como trabalho voluntário, e que os tributos dispensados por renúncia fiscal não precisam ser registrados como obrigações, sendo suficiente a sua menção nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

A ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros: estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas

explicativas de instituições sem finalidade de lucros. Monser, Souza e Pinto Junior, et al. (2011, p. 70).

As entidades sem fins lucrativos representam 8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No entanto, segundo o presidente da associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Sociais (Profis), há desafios nas técnicas de gestão dessas organizações. Diante disso, um grupo de trabalho foi designado para elaborar o Manual de Procedimentos do Terceiro Setor, uma publicação desenvolvida pela Fundação Brasileira de contabilidade (FBC), em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Profis. O manual tem como objetivo fornecer diretrizes sobre boas práticas e governança, auxiliando gestores e profissionais da contabilidade na administração dessas entidades.

### **3.2 Importância da transparência e gestão financeira e os mecanismos de prestação de contas**

Uma gestão eficiente é fundamental para qualquer organização, mas torna-se ainda mais crucial no terceiro setor, devido aos desafios e oportunidades específicas que essas entidades enfrentam. Um dos principais desafios é a falta de qualificação da equipe para funções financeiras e administrativas, o que pode comprometer a sustentabilidade e a eficiência da organização. Além disso, a transparência é um aspecto essencial, pois muitas vezes, apenas realizar um trabalho bem-feito não é o suficiente. É necessário demonstrar de forma contínua o que está sendo feito e como está sendo executado.

Alves; Bonho (2018, *apud* Tachizawa et al., 2014), afirma:

A gestão é considerada fundamental para as organizações não governamentais sem fins lucrativos, afirmando que essas entidades podem desenvolver a gestão que contemple informações que: Indique as estratégias genéricas que podem ser aplicadas por esse tipo de organização; classifique decisões que correspondem ao processo de gerenciamento estratégico e operacional da organização; aponte agentes distintos e instituições que possam interagir com a organização.

A resolução CFC nº 1.374/11, por meio da NBC TG – Estrutural conceitual, estabeleceu diretrizes essenciais para a elaboração das demonstrações contábeis no terceiro setor. Essa norma define a qualidade da informação contábil que deve ser gerada, bem como critérios para a estruturação e apresentação dessas

demonstrações, garantindo maior transparência e conformidade com as exigências contábeis.

Slomski (2012, pág. 12), destaca a importância de tal informação na gestão financeira: “A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis têm como propósito a representação da estrutura e posição patrimonial, financeira e do desempenho financeiro de uma entidade”.

A NBC TSP 11, que regulamenta as demonstrações contábeis, estabelece que a informações apresentadas devem abranger a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Essas informações devem ser acessíveis a um amplo conjunto de usuários, possibilitando a avaliação e a tomada de decisões econômicas relacionadas a alocação de recursos. Além disso, a norma ressalta a importância da prestação de contas, assegurando a transparência e a responsabilidade da entidade na gestão dos recursos que lhe foram confiados.

Segundo Slomski (2012, p. 13):

As informações contidas nas demonstrações compreendem, em linhas gerais, dados acerca de: ativos; passivos; patrimônio líquido; receitas; despesas; outras alterações no patrimônio líquido (social); e fluxos de caixa. Nas entidades do terceiro setor a responsabilidade pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis é de um profissional contábil habilitado e registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

As informações contidas nas demonstrações contábeis devem permitir que os usuários realizem provisões de análises, como a previsão do nível de recursos necessários para a continuidade das operações, a identificação dos riscos e incertezas associadas as atividades da entidade e a verificação do cumprimento das exigências legais e contratuais na obtenção e utilização dos recursos, incluindo os limites financeiros estabelecidos por autoridades legislativas competentes. Desta forma, essas informações desempenham um papel fundamental na transparência e na prestação de contas da entidade.

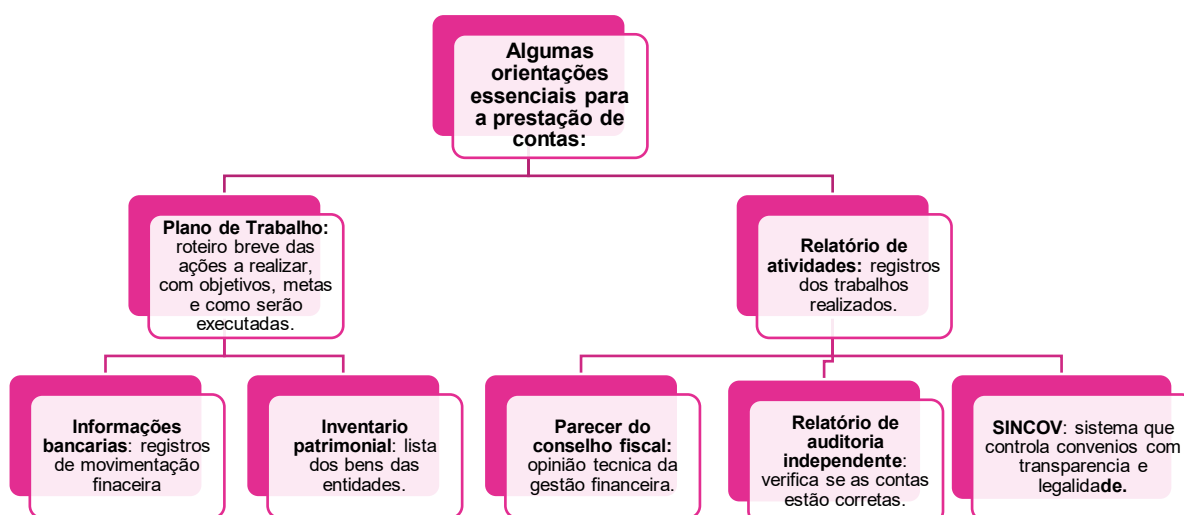
Dessa forma, os administradores das entidades de interesse social têm a obrigatoriedade de prestar contas, em primeiro lugar, ao próprio órgão deliberativo da entidade e, posteriormente, ao poder público por meio dos diversos órgãos governamentais. Essa prestação de contas deve ocorrer em conformidade com a natureza jurídica da entidade, seus registros, títulos e certificados, tanto aqueles que já possuem quanto os que estão pleiteando.

Segundo Alves, Bonho (2018, *apud* Grazioli et al., 2015), o conselho federal de contabilidade define a prestação de contas:

“Prestação de contas” é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

Cada entidade deve atentar-se às exigências específicas de cada órgão na prestação de contas, garantindo que sejam encaminhados exclusivamente os elementos necessários, evitando o envio de informações em excesso ou insuficientes. A Figura 2 apresenta um conjunto de algumas diretrizes comumente exigidas para a instrução do processo de prestação de contas.

**Figura 2:** Orientação para prestação de contas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

### 3.3 Tecnologia e ferramentas contábeis

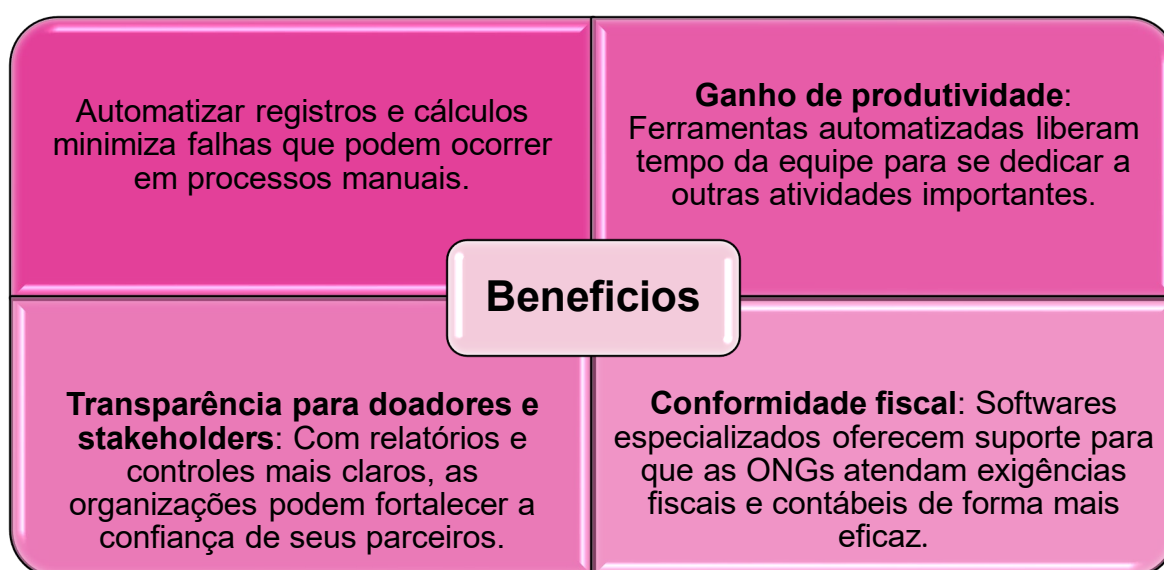
A contabilidade constitui um pilar fundamental para a transparência e a eficiência das entidades do terceiro setor. Dada a sua abrangência e a necessidade de manter a integridade e a conformidade contábil, muitas organizações têm buscado

o auxílio de tecnologias que simplificam processos e asseguram o cumprimento das obrigações fiscais, provendo maior segurança e eficiência na gestão financeira.

Estas tecnologias oferecem diversas vantagens, desde a automação de processos até a melhoria da precisão e da transparência financeira. No terceiro setor, onde cada recurso deve ser devidamente rastreado e otimizado, a contabilidade digitalizada proporciona benefícios significativos, garantindo maior eficiência, segurança e conformidade na gestão financeira

Alguns benefícios que a contabilidade digitalizada tem em redução de erros humanos, conforme ilustrado na Figura 3.

**Figura 3:** Benefícios que a contabilidade digitalizadas



Fonte: Adaptação de CESAR R. (2025).

Dessa forma, para garantir maior segurança, organização e eficiência na execução dos procedimentos realizados dentro das entidades, incluindo as prestações de contas, é fundamental manter a transparência financeira. Para isso, torna-se essencial a implementação de um sistema e de uma contabilidade moderna e tecnológica, que possibilitem a otimização dos processos e a agilidade nas operações.

### 3.4 Perspectivas futuras

Nos últimos anos, o terceiro setor passou por mudanças significativas que podem impactar seu futuro de maneira expressiva. Uma dessas transformações foi a

incorporação da tecnologia, que tem desempenhado um papel fundamental na otimização da gestão e na eficiência dos projetos sociais. Além disso, observa-se aumento na colaboração entre empresas e organizações do setor, resultando em novas oportunidades de financiamento e parcerias estratégicas.

As organizações religiosas têm se tornado cada vez mais atuantes e interconectadas, estabelecendo novas parcerias e adotando estratégias inovadoras. Esse cenário reflete um movimento crescente de profissionalização, inovação e ampliação do impacto social. Com o avanço da tecnologia, abrem-se novas possibilidades para aprimoramento da eficiência administrativa, o fortalecimento da transparência e a ampliação da captação de recursos.

Esses fatores contribuem para a sustentabilidade e a credibilidade das instituições, permitindo que elas desempenhem um papel ainda mais relevante na promoção de ações sociais e no atendimento as demandas da sociedade. No entanto, a responsabilidade e o compromisso com causas humanitárias devem permanecer como prioridade dessas organizações. Para isso, a adoção de ferramentas digitais pode ser uma estratégia essencial, possibilitando a expansão de sua atuação e o engajamento de um público se casa vez mais diversificado.

Dessa forma, as organizações religiosas poderão fortalecer seu impacto social, adaptando-se as novas dinâmicas e demandas contemporâneas. Outro aspecto de grande relevância é o aumento da regulamentação e da necessidade de conformidade com normas de transparência e governança. Diante desse cenário, essas organizações devem adotar práticas mais adequadas de prestação de contas e gestão de recursos, garantindo maior credibilidade e consolidando sua missão social.

A prestação de contas é uma ferramenta fundamental para verificar se uma entidade está sendo administrada corretamente, e assim, atingindo aos seus objetivos. Através dela, é possível apreciar, conhecer e julgar as contas da gestão dos administradores da organização. (Fulgêncio 2007, *apud* Alves; Bonho, Porto Alegre, 2018).

Neste contexto, a tendência é que o terceiro setor dentro das organizações religiosas continue avançando, incorporando novas tecnologias, estabelecendo colaborações estratégicas e aprimorando sua governança, com o objetivo de maximizar seu impacto na sociedade.

## **4 METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, cujo objetivo principal é a coleta, validação e generalização dos resultados por meio da análise de dados numéricos e mensuráveis. Tal abordagem metodológica permite a obtenção de informações precisas e objetivas, fundamentais para compreender a aplicação da contabilidade no terceiro setor, com destaque para as organizações religiosas. Segundo Creswell e Creswell (2021), os métodos quantitativos englobam a coleta sistemática, análise estatística, interpretação e apresentação dos dados numéricos, possibilitando a identificação de relações, tendências e padrões que conferem robustez aos resultados.

Complementarmente, Gil (2019) enfatiza que a pesquisa quantitativa é essencial para estudos que demandam mensuração e quantificação de variáveis, permitindo testar hipóteses e validar teorias com base em dados concretos. Já Lakatos e Marconi (2021) destacam que esse tipo de pesquisa facilita a generalização dos achados, desde que a amostra seja representativa da população estudada. No contexto da contabilidade do terceiro setor, a quantificação e análise rigorosa dos dados oferecem suporte técnico para decisões gerenciais e para o desenvolvimento de políticas específicas que atendam às necessidades das organizações religiosas.

Dessa forma, a utilização do método quantitativo neste estudo permite, além da precisão na coleta e análise dos dados, a produção de resultados confiáveis e replicáveis, contribuindo para o avanço do conhecimento acadêmico e prático sobre as especificidades contábeis no terceiro setor.

### **4.1 Método de pesquisa**

Essa pesquisa foi realizada de forma exploratória contendo informações criteriosas de como a contabilidade pode contribuir para uma gestão mais eficiente e transparente em organizações religiosas do terceiro setor. Permitindo uma compreensão aprofundada das práticas e os desafios enfrentados por essas instituições, considerando o contexto social, ético e organizacional em que estão introduzidos.

Marconi, Lakatos (2021, pág. 93), afirma:

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir

conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

O método de pesquisa adotado neste trabalho caracteriza-se de pesquisa de campo, utilizando-se da aplicação de questionários como instrumento de coleta de dados. Essa abordagem visa obter informações diretamente de uma amostra de profissionais da contabilidade, a fim de analisar sua compreensão sobre o tema em questão. De acordo com Gil (2019, pág. 60), esta pesquisa de campo realizada consiste na solicitação de informações a um grupo específico, permitindo ao pesquisador captar percepções e atitudes dos respondentes de forma mais próxima da realidade.

A elaboração deste trabalho fundamentou-se em uma revisão bibliográfica abrangente, utilizando autores reconhecidos, bem como normas técnicas e fontes confiáveis, com o intuito de abordar o tema de maneira clara e objetiva. A investigação concentra-se na importância da contabilidade no contexto do terceiro setor, com ênfase nas organizações religiosas, destacando sua relevância para a transparência, a gestão eficiente e a prestação de contas à sociedade.

#### **4.2 Local da pesquisa**

A pesquisa foi conduzida no município de Parauapebas, situado no estado do Pará, pertencente à região Norte do Brasil. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade apresentava, no ano de 2024, uma população aproximada de 298.854 habitantes.

O estudo teve como foco representantes de escritórios de contabilidade estabelecidos no referido município, que conta atualmente com 51 escritórios formalmente registrados sob a inscrição estadual do Pará (PA). A escolha desse local justifica-se pela relevância econômica da região e pela expressiva presença de profissionais contábeis, o que contribui para a obtenção de dados representativos para a análise proposta.

#### **4.3 Coleta, amostra e análise de dados**

A população da pesquisa foi composta pelos escritórios de contabilidade estabelecidos no município de Parauapebas, com vínculo direto a organizações do terceiro setor. A amostra foi delimitada por critério não probabilístico por conveniência, considerando apenas os escritórios que atendem esse segmento, resultando em 47

respondentes válidos. Com um cálculo amostral de 95% de credibilidade e margem de 5% de erro. Essa modalidade de amostragem é adequada para estudos exploratórios, conforme indicado por Marconi e Lakatos (2021), desde que os sujeitos estejam diretamente relacionados à problemática investigada.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, composto por 15 questões de múltipla escolha, desenvolvidas à luz dos objetivos da pesquisa. O instrumento foi organizado em blocos temáticos que abordam: (1) perfil dos escritórios; (2) práticas contábeis relacionadas ao terceiro setor; e (3) percepção sobre desafios e oportunidades na atuação contábil junto a organizações sociais.

Os questionários foram aplicados exclusivamente de forma digital, utilizando a plataforma Google Forms, respeitando a disponibilidade dos participantes durante o período de 14 a 20 de maio de 2025. Essa ferramenta possibilitou a coleta eficiente e a análise preliminar dos dados.

Os dados quantitativos foram tabulados no Microsoft Excel e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequências, percentuais e medidas de tendência central. Essa análise permitiu identificar padrões recorrentes e tendências nas respostas dos participantes, contribuindo para a compreensão das práticas e percepções dos escritórios contábeis no contexto do terceiro setor.

Para o trabalho escrito, a pesquisa teve início em 2023 e foi concluída em 2025. Como base de dados, utilizou-se a Biblioteca Virtual da FADESA. No total, foram consultadas 26 referências bibliográficas, distribuídas da seguinte forma: 10 livros digitais (alguns também disponíveis em formato físico), publicados entre 2012 e 2021; 1 artigo científico, publicado em 2012; e 15 fontes de sites institucionais, normativos e informativos, incluindo portais governamentais, conselhos profissionais e organizações da sociedade civil.

A aplicação dessa abordagem metodológica, que integra amostragem criteriosa, coleta digital estruturada e análise estatística descritiva, garantiu maior robustez e confiabilidade aos resultados obtidos, possibilitando a fundamentação das conclusões do estudo.

#### **4.4 Aspectos éticos**

Esta pesquisa seguirá os princípios éticos estabelecido pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional da Saúde que orienta estudos com seres humanos na área das ciências humanas e sociais, e adicionalmente o Ofício Circular nº 17 de

5 de julho de 2022, que reforça a responsabilidade ética do pesquisador em garantir a transparência na comunicação dos objetivos da pesquisa, bem como assegurar o sigilo, o anonimato e a segurança das informações coletadas, sendo de total importância para a elaboração desta pesquisa.

A coleta de dados respeitará os princípios éticos, assegurando a privacidade dos respondentes e a proteção das informações. Todos os participantes serão previamente esclarecidos quanto a natureza da pesquisa, seus objetivos e ao uso acadêmico exclusivo dos dados.

Lozada; Nunes (2019, pág. 215), afirma:

Esses princípios buscam garantir que os pesquisadores realizem seus procedimentos de forma cuidadosa. Afinal, o objetivo maior de se ter uma ética na pesquisa é evitar e até mesmo eliminar possíveis danos aos envolvidos. Nos últimos anos, a ética na pesquisa está cada vez mais em debate, o que resultou no nascimento de muitos códigos de ética institucionais. Tais códigos têm como objetivo normatizar a postura ética dos pesquisadores, definindo o comportamento ideal que se espera no desenvolvimento de estudos, e proteger as instituições de possíveis processos judiciais.

Dessa forma, a observância dos princípios éticos não se limita ao cumprimento formal de normas, mas representa um compromisso essencial com a integridade científica, o respeito à dignidade humana e a responsabilidade social do pesquisador. Em pesquisas que envolvem interação com sujeitos, mesmo que de forma indireta ou sem identificação pessoal, é fundamental zelar por práticas que promovam a confiança, a honestidade intelectual e a credibilidade dos resultados obtidos, contribuindo para o fortalecimento da ética na produção acadêmica (Gil, 2019).

#### **4.5 Critérios de inclusão exclusão**

Para garantir a coerência e a delimitação adequada do objeto de estudo, esta pesquisa estabeleceu critérios de inclusão e exclusão relacionados não apenas a amostragem, mas também ao conteúdo ministrado. Conforme defendem Lakatos; Marconi (2021), o estabelecimento dos critérios claros de inclusão e exclusão permite ao pesquisador manter o foco e a consistência do trabalho científico, respeitando os limites metodológicos definidos.

Foram incluídas na abordagem deste trabalho as organizações religiosas que se enquadram como entidades do terceiro setor, caracterizadas como pessoas

jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades sociais, assistenciais ou educacionais com base na fé e princípios religiosos. A análise se concentrou nas práticas contábeis adotadas por essas instituições, considerando aspectos como transparência na gestão, prestação de contas, conformidade com normas contábeis vigentes e impacto social.

Foram excluídas da investigação entidades religiosas que não atuam diretamente com ações de interesse público, como templos exclusivamente voltados a prática litúrgica sem envolvimento institucional em projetos sociais. Também foram desconsideradas organizações do terceiro setor que, embora não visem lucros, não possuem natureza religiosa, como fundações educacionais independentes e ONG's generalistas.

Em dados em relação a análise de dados coletados, serão incluídos representantes dos escritórios que atuem como profissionais da contabilidade em organizações religiosas do terceiro setor, que realizem atividades de gestão contábil, financeira e administrativa. As respostas serão consideradas apenas aquelas que forem realizadas por meio do questionário eletrônico.

Serão excluídas da amostra, escritórios de contabilidades que não atuem diretamente como profissionais da contabilidade do terceiro setor, bem como aqueles cujas respostas apresentarem inconsistência comprometendo a análise dos dados. Também serão desconsideradas as participações de respondentes que não autorizem o uso das informações para fins científicos ou que não demonstrem compreensão clara dos objetivos da pesquisa.

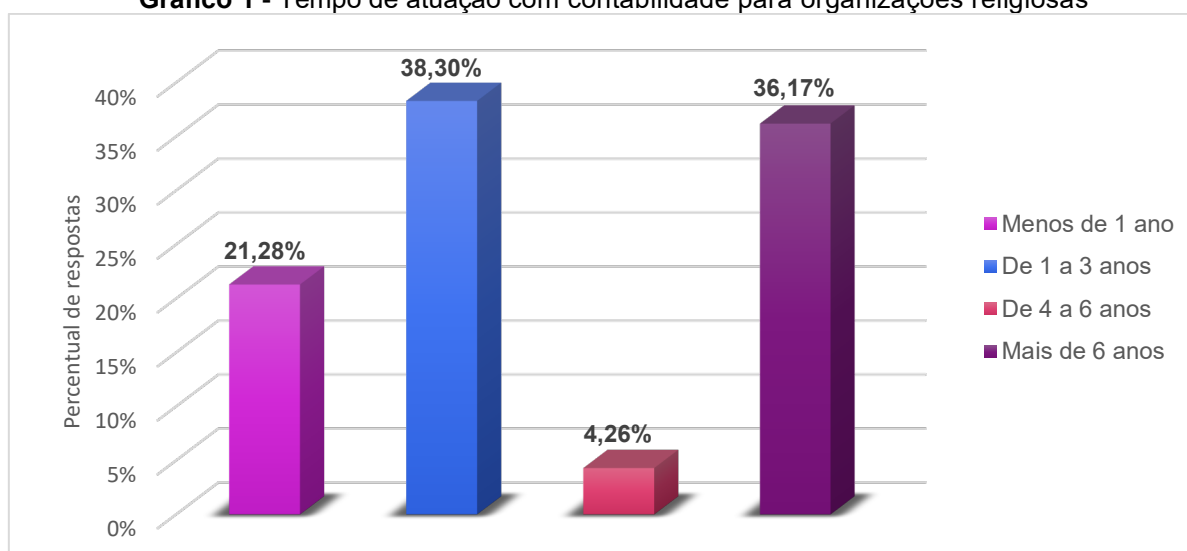
Essa delimitação foi necessária para assegurar a objetividade do estudo e a profundidade da análise dentro do recorte proposto. Da mesma forma, o estabelecimento criterioso dos parâmetros de inclusão e exclusão assegura que os dados coletados estejam em consonância com os objetivos do trabalho, permitindo uma investigação consistente sobre a contribuição da contabilidade para a eficiência administrativa e a transparência na gestão das organizações religiosas do terceiro setor.

Além disso, esse rigor metodológico possibilita uma interpretação mais assertiva dos dados e favorece a aplicação dos resultados em contextos semelhantes, ampliando a utilidade científica e prática do estudo para profissionais da contabilidade, gestores e pesquisadores interessados na qualificação da gestão financeira em instituições sem fins lucrativos de natureza religiosa.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira pergunta do questionário foi elaborada de forma direta, com o intuito de identificar há quanto tempo os representantes dos escritórios de contabilidades atuam especificamente na área voltada às organizações religiosas. Essa abordagem buscou obter respostas objetivas e precisas, permitindo delinear o perfil profissional dos escritórios participantes e avaliar sua familiaridade com o tema da pesquisa, conforme orienta Gil (2019), ao destacar a importância de caracterizar adequadamente a amostra como etapa fundamental na coleta de dados. Os resultados dessa questão estão representados no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Tempo de atuação com contabilidade para organizações religiosas**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

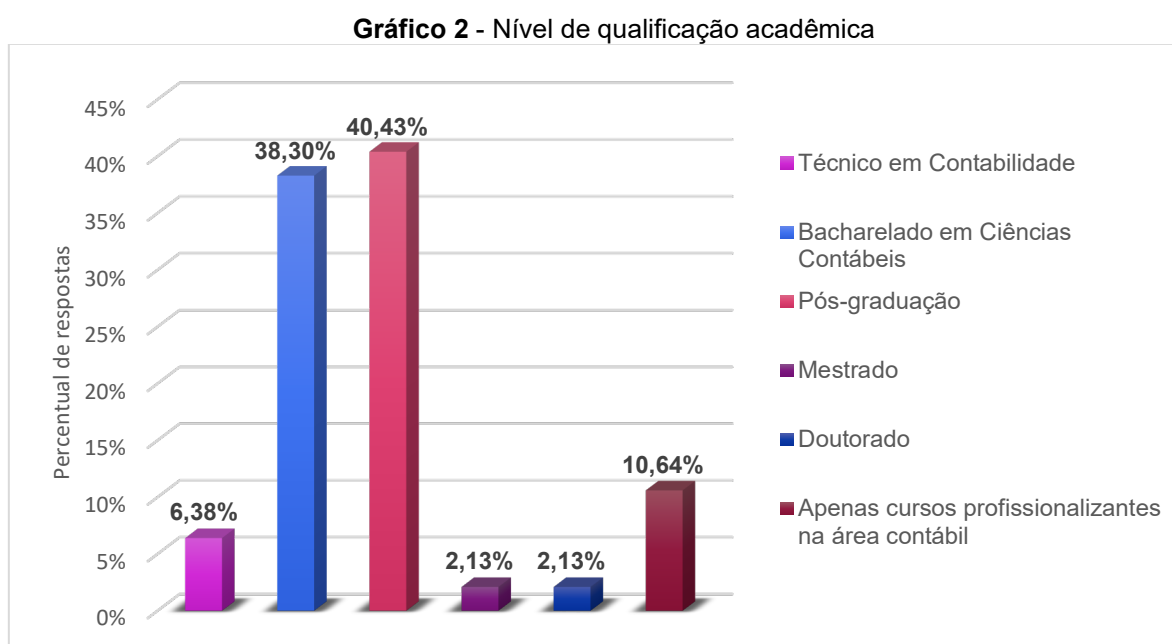
Os dados obtidos demonstram, de forma clara, que uma parcela significativa dos profissionais da contabilidade possui experiência limitada na atuação junto as organizações religiosas. Do total de participantes, 21,28% afirmaram exercer essa atividade há menos de um ano, que corresponde a 10 respondentes. Já aqueles com experiência entre 1 e 3 anos representam 38,30% da amostra, somando 18 respostas. Em contrapartida, apenas 4,26%, 2 participantes, relataram atuar entre 4 e 6 anos nesse seguimento. Por fim, profissionais com mais de 6 anos de atuação somaram 36,17% totalizando 17 respostas.

Esses resultados indicam que a maioria dos escritórios contábeis ainda possui um tempo relativamente reduzido de atuação voltado as entidades religiosas, que pode refletir uma carência de especialização nesse tipo de organização, conforme

observado pelo mesmo autor (2019), ressalta a importância da experiência profissional para a qualidade e profundidade das análises em contextos específicos.

Dando sequência a análise, a segunda questão do instrumento de pesquisa buscou identificar o grau de escolaridade dos participantes, visando compreender o nível de qualificação acadêmica dos profissionais que atuam com a contabilidade voltada as organizações religiosas.

Para isso, foram apresentados diferentes níveis de formação, desde cursos técnicos em contabilidade até o ensino superior completo, incluindo também especializações como pós-graduações, mestrado, doutorado, além de cursos profissionalizantes voltados a área contábil. A distribuição das respostas encontra-se demonstrada no Gráfico 2.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

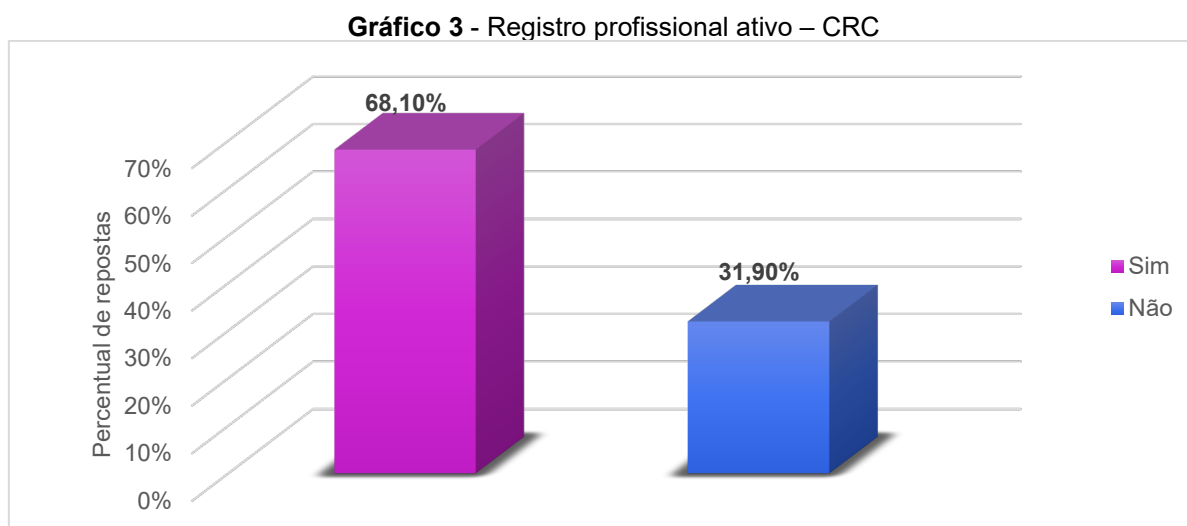
Os resultados obtidos evidenciam uma formação acadêmica diversificada entre os participantes da pesquisa, o que contribui para a qualificação técnica dos profissionais envolvidos. Verificou-se que 6,40% da amostra, equivalente a três respondentes, com qualificação do ensino técnico em contabilidade.

A maior concentração está entre aqueles com diploma de bacharelado em Ciências Contábeis, representando 38,30% (18 participantes). Além disso, 19 indivíduos (40,40%) informaram possuir pós-graduação, demonstrando um investimento contínuo na formação acadêmica, também foi identificado que um

profissional possui título de mestre (2,10%) e outro alcançou o grau de doutor, igualmente representado 2,10% dos respondentes.

Por fim, cinco participantes relataram ter concluído apenas cursos profissionalizantes na área contábil, que corresponde a 10,60% da amostra. Esta questão objetiva teve como finalidade identificar o nível de escolaridade dos profissionais atuantes na contabilidade para organizações religiosas, fornecendo um panorama do preparo técnico e acadêmico dos mesmos, conforme aponta Lakatos; Marconi (2021), ao destacarem a relação entre formação e competência profissional em pesquisas aplicadas.

Na sequência, a terceira questão do questionário investigou se os participantes possuíam registro ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC) requisito fundamental para o exercício regular da profissional. Esse registro representa não apenas a habilitação legal para atuar na área, mas também reforça a legitimidade e a credibilidade do profissional no mercado contábil. A verificação desse dado visa completar a análise da qualificação técnica dos respondentes. Os dados obtidos estão apresentados no Gráfico 3.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

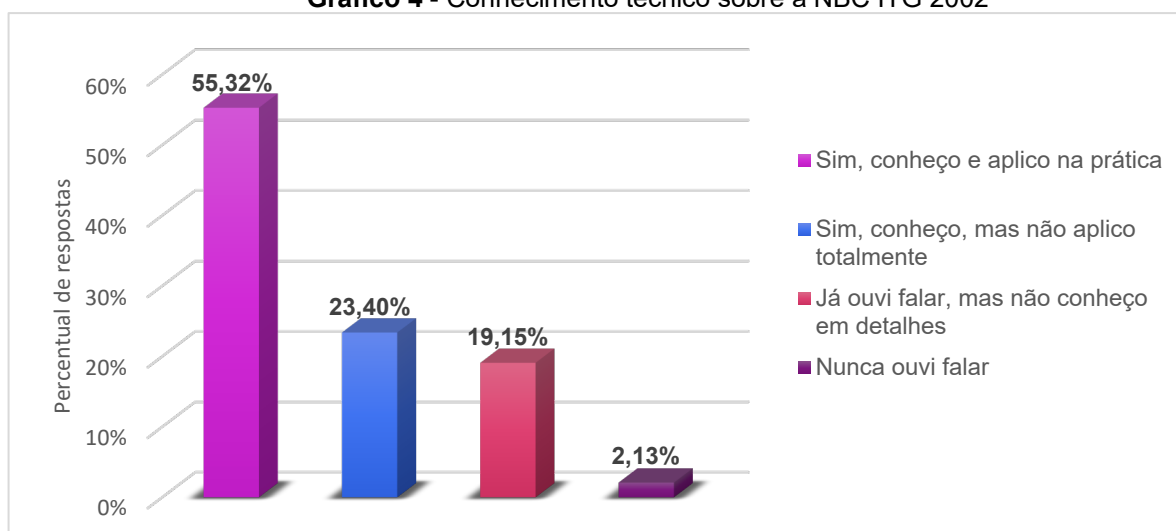
Os resultados indicaram que 68,10% dos participantes, correspondendo a 32 respondentes, declararam possuir registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade, o que representa um indicativo favorável quanto a regularização profissional e ao cumprimento das exigências legais da área. Este dado reforça a seriedade e a qualificação de parte expressiva da amostra.

Por outro lado, verificou-se que 31,90%, ou 15 profissionais, informaram não possuir o referido registro, o que pode representar uma fragilidade no exercício formal da atividade contábil. Conforme apontam Lakatos; Marconi (2021), a habilitação profissional é um critério essencial para assegurar a legalidade e a ética na atuação técnica, especialmente em setores que exigem responsabilidade com a informação e a prestação de contas, como no caso das organizações religiosas no terceiro setor.

A quarta pergunta teve como foco verificar o conhecimento dos representantes dos escritórios contábeis com a NBC ITG 2002, norma técnica que disciplina os procedimentos contábeis aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros. Essa diretriz, estabelecida pelo CFC, é fundamental para assegurar a transparência e a adequada prestação de contas dessas organizações, especialmente no âmbito do terceiro setor.

A verificação do conhecimento sobre essa norma permite avaliar o preparo técnico dos profissionais diante das exigências específicas da contabilidade voltada as instituições sem fins lucrativos, como ressaltam Slomski (2012) e Gil (2019), ao destacarem a importância da atualização normativa para o exercício contábil qualificado e responsável. Conforme demonstradas no Gráfico 4.

**Gráfico 4 - Conhecimento técnico sobre a NBC ITG 2002**



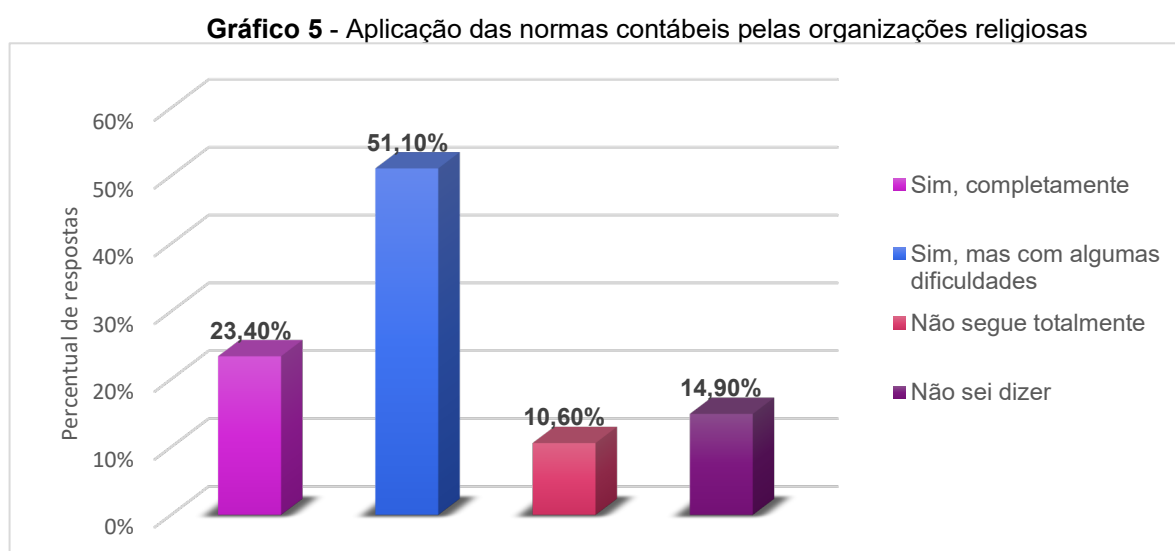
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Verificou-se que 55,32% dos escritórios contábeis participantes, correspondendo a 26 respondentes, afirmaram conhecer e aplicar, na prática, as diretrizes da NBC ITG 2002. Além disso, 23,40% (11 profissionais) declararam possuir conhecimento da norma, embora não a utilizem integralmente em suas rotinas

contábeis. Outros 19,15% (nove indivíduos) relataram já ter ouvido falar sobre a referida norma, mas sem domínio sobre seu conteúdo. Apenas uma resposta, equivalente a 2,13% da amostra, indicou desconhecimento total da norma.

Esses dados revelam uma predominância de familiaridade com a legislação contábil voltada a entidade sem fins lucrativos, o que representa um aspecto positivo. No entanto, a presença de profissionais que não aplicam ou desconhecem integralmente a norma também aponta para uma lacuna significativa na qualificação técnica, especialmente considerando a importância dessa regulamentação para assegurar a conformidade e a transparência na contabilidade de organizações do terceiro setor. Tendo em vista que, segundo Slomski (2012), conhecer as normas é essencial à prática contábil nas entidades sem fins lucrativos.

Em continuidade a investigação, a pesquisa buscou identificar se as organizações atendidas pelos escritórios de contabilidade participantes adotam, em sua prática contábil, as diretrizes estabelecidas pela NBC ITG 2002. Essa análise permite avaliar tanto o conhecimento dos profissionais quanto a aplicação da norma pelas entidades, sendo uma adoção indispensável para garantir transparência e a conformidade contábil (Slomski, 2012). Os resultados dessa verificação estão sintetizados no Gráfico 5.



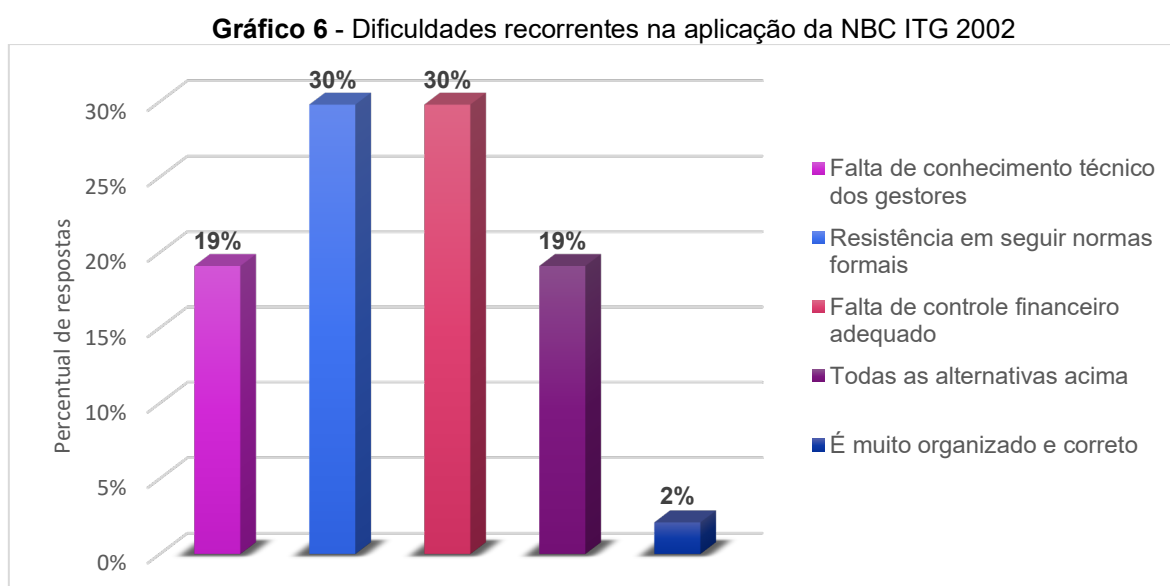
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Os resultados demonstram uma fragilidade significativa no processo de conformidade normativa, que representa um desafio para a gestão contábil das entidades do terceiro setor, especificamente das organizações religiosas. Visto que,

os dados revelaram que 51,10% dos respondentes, correspondendo a 24 organizações, relataram aplicar a NBC ITG 2002 em sua rotina contábil, embora enfrentem certas dificuldades na execução, enquanto apenas 23,40% da amostra, equivalente a 11 entidades religiosas, afirmaram seguir integralmente as orientações estabelecidas pela CFC.

Por outro lado, 10,60% (cinco instituições) indicaram não cumprir integralmente as exigências normativas, enquanto 14,90% dos participantes declaram não saber informar se tais diretrizes são efetivamente implementadas. O mesmo autor (2012) afirma que, a correta aplicação das normas é essencial para garantir transparência, responsabilidade e padronização na escrituração das organizações sem fins lucrativos.

Na etapa seguinte da pesquisa, foi incluída uma questão voltada à identificação das maiores dificuldades enfrentadas na aplicação das normas contábeis pelas organizações religiosas. Essa abordagem possibilitou evidenciar os maiores obstáculos relatados pelos profissionais atuantes no segmento, oferecendo um panorama mais detalhado dos desafios práticos relacionados à adoção da NBC ITG 2002. Informações apresentadas no gráfico 6.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

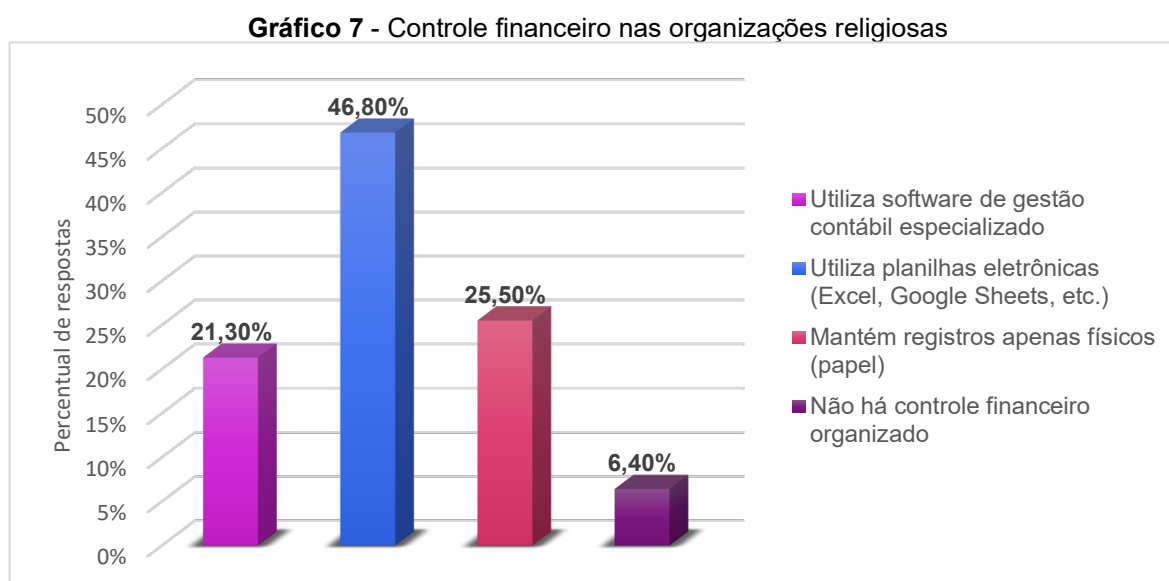
Com base nos dados obtidos, observou-se que 19% dos participantes (nove respondentes) apontaram como principal dificuldade a ausência de conhecimento técnico por parte dos gestores das organizações religiosas. Um total de 30%, correspondente a 14 profissionais, destacou a resistência das entidades em adotar

normas contábeis formais. O mesmo percentual (30%) indicou a inexistência de um controle financeiro eficiente como principal entrave à correta aplicação da NBC ITG 2002.

Além disso, outros 19% (nove respostas) apontaram todas as alternativas anteriores, o que evidencia a coexistência de múltiplos fatores que comprometem a adoção adequada das diretrizes contábeis, desde a carência de capacitação até falhas estruturais no gerenciamento financeiro.

E apenas 2% da amostra, representada por um respondente, relatou que a instituição atendida apresenta organização e conformidade total com as exigências normativas. Esses resultados indicam que, apesar do conhecimento parcial sobre a norma, a principal barreira enfrentada reside na dificuldade de estruturar adequadamente os processos internos, que reforça a necessidade de capacitação e alinhamento as exigências legais, conforme observa (Slomski, 2012).

Considerando as dificuldades previamente identificadas, a pergunta subsequente buscou verificar se há, de fato, a implantação de um controle financeiro no ambiente interno das organizações religiosas. A intenção foi avaliar a presença de procedimentos organizados de gestão financeira que contribuam para uma administração mais eficiente e alinhada a exigências da contabilidade aplicada do terceiro setor. O gráfico 7 representa os dados coletados.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

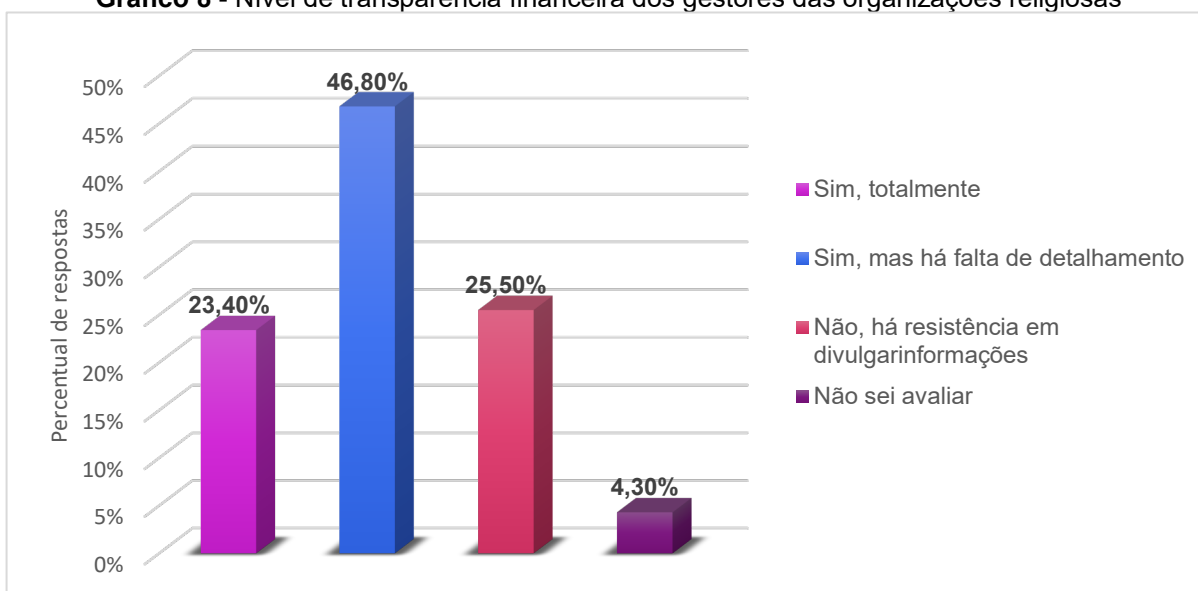
Com base nos dados obtidos, constatou-se que 21,30% dos respondentes (10 participantes) relataram que as organizações religiosas atendidas utilizam sistemas

informatizados específicos para a gestão contábil, percentual ainda reduzido diante dos benefícios proporcionados por esse tipo de ferramenta. A maior parte, representando 46,80% da amostra (22 profissionais), informou que o controle financeiro é realizado por meio de planilhas eletrônicas, o que, embora funcional, pode apresentar limitações em termos de segurança e eficiência.

Em seguida, 25,50% dos entrevistados (12 respostas) indicaram que os registros são mantidos exclusivamente em formato físico, o que representa um risco a integridade e a preservação das informações. Por fim, 6,40% (três profissionais) afirmaram que não há qualquer sistema organizado de controle financeiro nas instituições atendidas. Esses dados reforçam a análise de Slomski (2012), ao destacar que o uso de ferramentas adequadas de controle e registro é essencial para garantir confiabilidade, transparência e segurança na gestão de recursos financeiros no terceiro setor.

Dando prosseguimento ao levantamento, a pesquisa procurou identificar, com base na experiência dos profissionais da contabilidade, se os gestores das organizações religiosas demonstram transparência em relação a situação financeira de suas instituições. O intuito foi avaliar o nível de clareza na comunicação das informações contábeis, elemento essencial para a administração ética e comprometida. Resultados da Investigação incluída no gráfico 8.

**Gráfico 8** - Nível de transparência financeira dos gestores das organizações religiosas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os resultados obtidos apontam que 46,80% dos profissionais entrevistados (22 respondentes) afirmaram que há, por parte dos gestores das organizações religiosas, um esforço em demonstrar transparência financeira, embora com pouca profundidade nas informações prestadas, fator que pode comprometer a clareza e a confiabilidade dos dados.

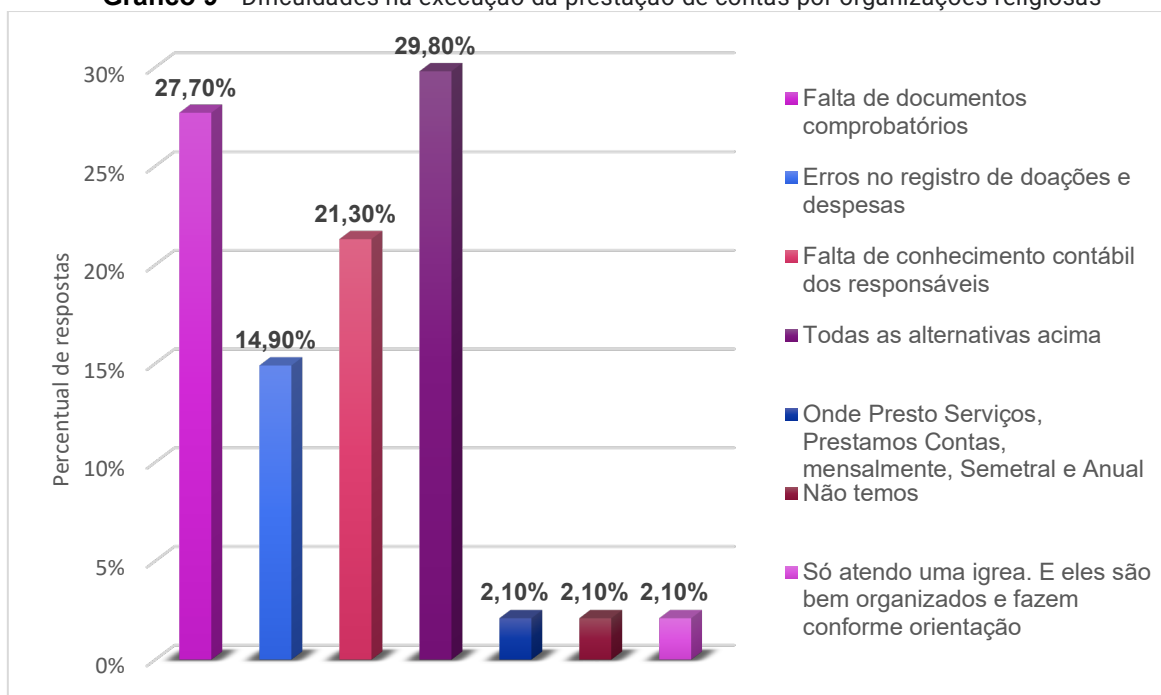
Em contraste, 23,40% da amostra (11 profissionais) relataram que as instituições atendidas são totalmente transparentes quando a gestão dos recursos, evidenciando um alinhamento adequado as boas práticas de governança. Por outro lado, 25,50% (12 profissionais) indicaram que os gestores demonstram resistência em divulgar informações financeiras, o que representa uma fragilidade significativa no processo de prestação de contas.

Além disso, 4,30% dos respondentes (dois profissionais) afirmaram não possuir elementos suficientes para avaliar esse aspecto. Esses dados reforçam a relevância da transparência na gestão das entidades religiosas, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da confiança e da legitimidade institucional (Slomski, 2012).

Na etapa seguinte do questionário, retomou-se o foco nas dificuldades enfrentadas no processo de prestação de contas por parte das organizações religiosas. O objetivo dessa abordagem foi compreender os principais entraves relatados pelos profissionais da contabilidade no que se refere à elaboração, organização e entrega das informações financeiras exigidas.

Os resultados evidenciaram que 29,80% dos participantes (14 respondentes) assinalaram que todas as alternativas apresentadas refletem, em conjunto, as principais dificuldades enfrentadas na prestação de contas por parte das organizações religiosas, indicando a presença de múltiplos fatores que comprometem esse processo.

Entre os aspectos mais recorrentes, a ausência de documentos comprobatórios, como recibos e registros formais, foi mencionada por 27,70% da amostra (13 respostas), apontando para uma deficiência na documentação das movimentações financeiras. Além disso 14,90% (sete profissionais) destacaram a ocorrência de falhas no registro de doações e despesas, o que compromete a transparência e a fidelidade das informações apresentadas. Outros 21,30% dos entrevistados (10 pessoas) atribuíram as dificuldades a falta de conhecimento técnico por parte dos responsáveis pelas finanças das instituições. Respostas inserida no Gráfico 9.

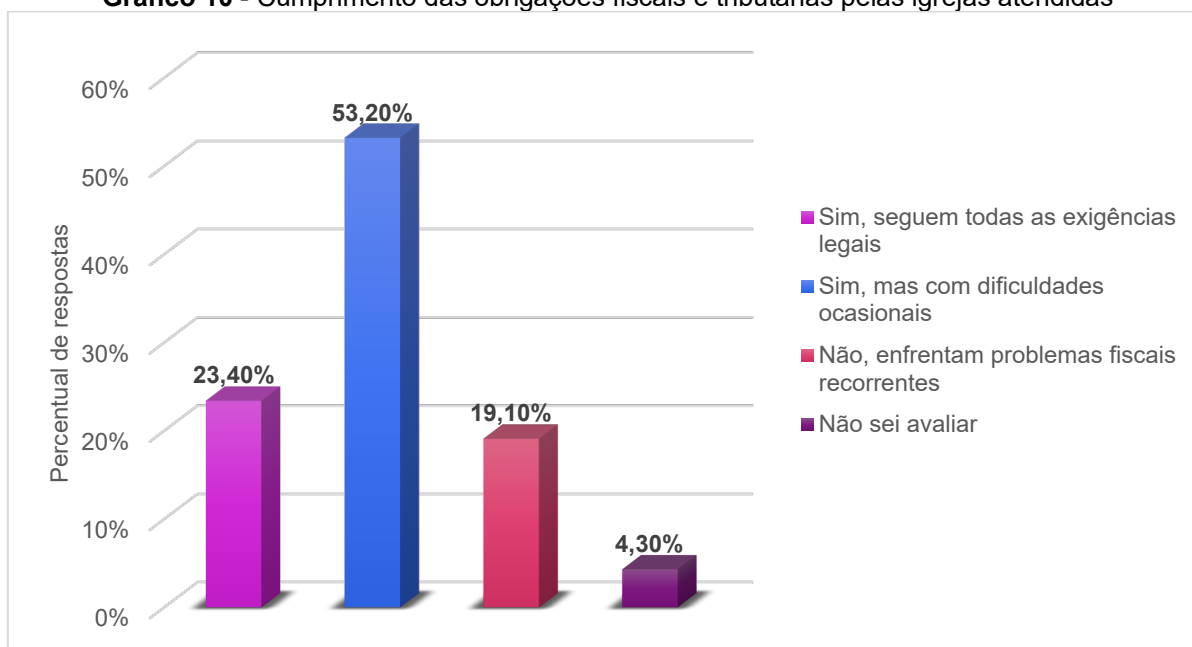
**Gráfico 9** - Dificuldades na execução da prestação de contas por organizações religiosas

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Em contrapartida, apenas 2,10% (um respondente) informou que as prestações de contas são realizadas regulamente, com frequência mensal, semestral e anual, outros 2,10% relataram atender apenas uma igreja que mantém organização adequada, seguindo todas as orientações contábeis.

Esses dados demonstram que o número de organizações religiosas que operam com controle financeiro estruturado ainda é bastante reduzido, evidenciando uma fragilidade generalizada no processo de prestação de contas. Segundo Slomski (2012), a ausência de práticas contábeis organizadas e de documentação adequada pode comprometer a transparência institucional, dificultando a credibilidade e a legalidade das atividades no âmbito do terceiro setor.

A pesquisa também procurou verificar se as organizações religiosas atendidas pelos profissionais contábeis cumprem integralmente as obrigações fiscais e tributárias estabelecidas pela legislação vigente. O objetivo foi avaliar o grau de conformidade dessas instituições em relação aos deveres legais considerando que a regularidade fiscal é um dos pilares para a transparência e a credibilidade institucional. Conforme demonstrado no gráfico 10.

**Gráfico 10** - Cumprimento das obrigações fiscais e tributárias pelas igrejas atendidas

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

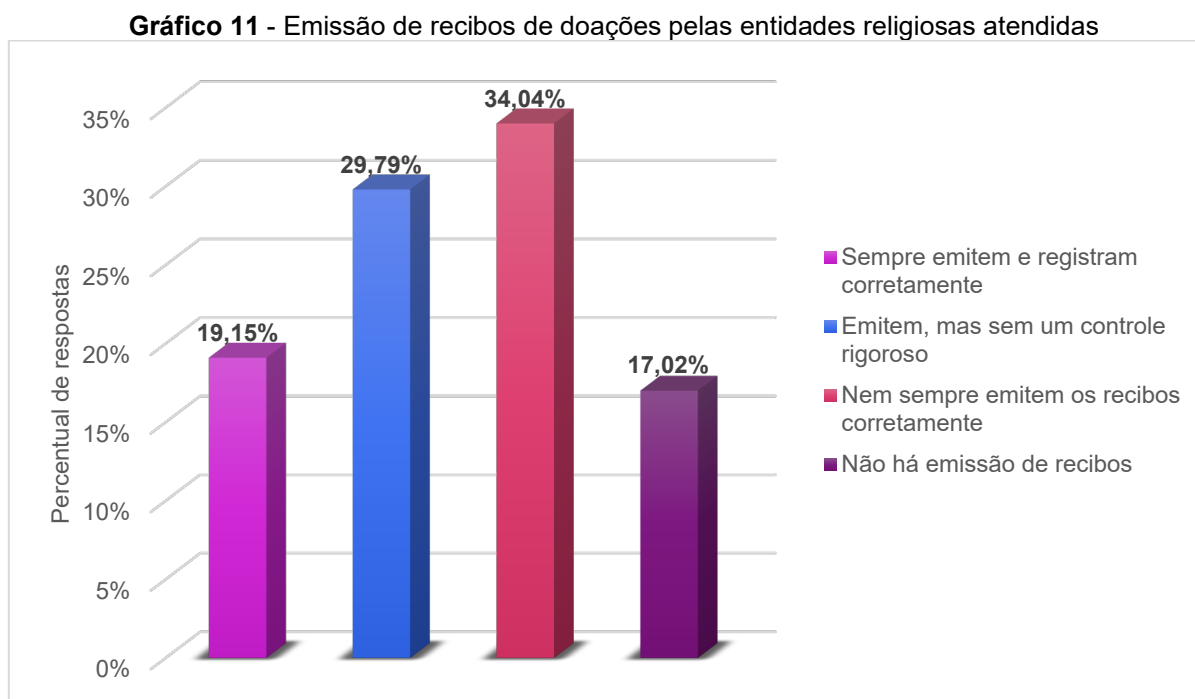
Os dados da pesquisa revelam que apenas 23,40% dos participantes (11 respondentes) afirmaram que as organizações religiosas atendidas cumprem integralmente as obrigações fiscais e tributárias estabelecidas pela legislação vigente. Embora esse grupo represente um aspecto positivo, o percentual ainda é considerado baixo diante da relevância dessas exigências legais.

Por outro lado, 53,20% da amostra (25 profissionais) relataram que as instituições seguem parcialmente tais normas, mas enfrentam dificuldades eventuais durante o processo de cumprimento, o que indica fragilidades operacionais e possíveis lacunas no conhecimento técnico. Ainda, 19,10% dos entrevistados (nove respostas) afirmaram que as entidades não atendem às exigências fiscais e enfrentam problemas frequentes relacionados à regularização de suas obrigações.

Por fim, 4,3% (dois participantes) declararam não ter informações suficientes para avaliar a situação das instituições em relação a esse aspecto. Esses resultados ressaltam a necessidade de capacitação e adequação à legislação vigente, uma vez que, conforme observa Gil (2019), o respeito às normas legais e fiscais é essencial para a legitimidade das instituições e para a confiança da sociedade nas práticas administrativas das organizações.

A pesquisa também buscou compreender de que maneira as entidades religiosas atendidas lidam com a emissão de recibos referentes às doações recebidas. A finalidade dessa questão foi analisar se há um procedimento formal adotado pelas

instituições no registro dessas movimentações financeiras, considerando que a emissão de comprovantes é uma prática essencial para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade das receitas com as normas contábeis e fiscais aplicáveis. Dados coletados demonstrado no gráfico 11.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Os dados obtidos revelam que apenas 19,15% dos respondentes (nove representantes) afirmaram que as organizações religiosas atendidas realizam a emissão e o registro de recibos de doações de forma correta e sistematizada. Esse percentual ainda é considerado baixo, especialmente diante da importância dessa prática para a transparência e o controle financeiro.

Além disso, 29,79% da amostra (14 participantes) indicaram que os comprovantes até são emitidos, porém sem o devido rigor nos registros e na organização dos documentos. A maioria relativa, representando 34,04% dos entrevistados (16 profissionais), informou que a emissão não ocorre de maneira consistente, o que demonstra uma fragilidade no cumprimento dessa exigência.

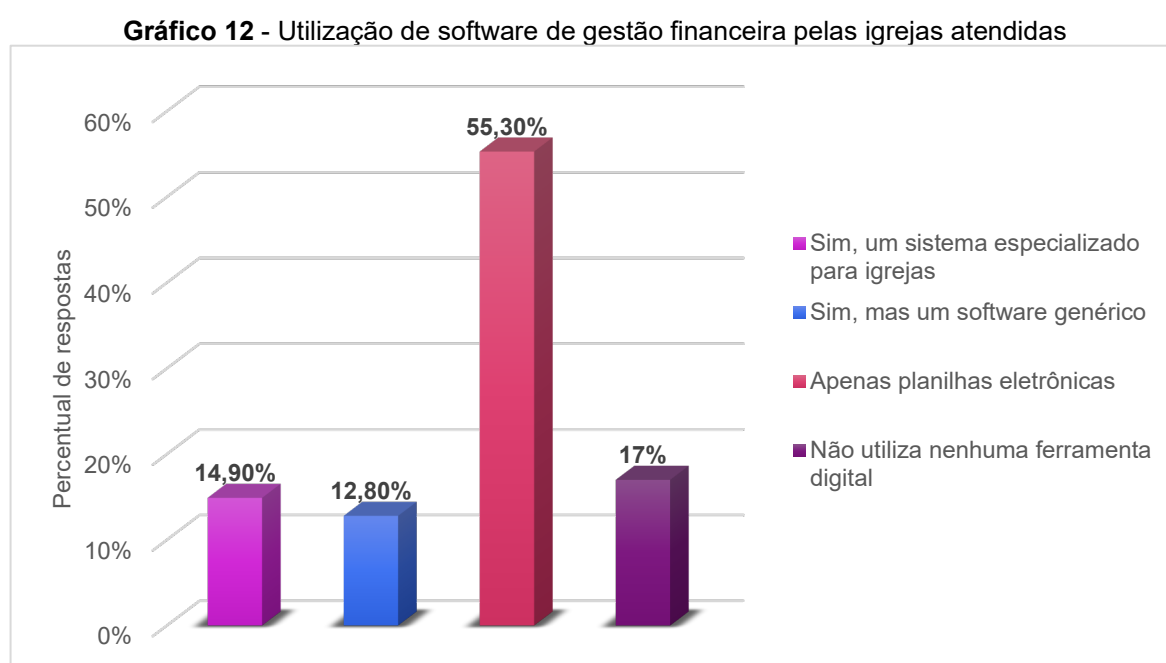
Por fim, 17,02% dos respondentes (oito pessoas) relataram que não há qualquer emissão de recibos nas instituições que acompanham, o que compromete seriamente a rastreabilidade das doações e a integridade dos processos contábeis. Conforme enfatiza Slomski (2012), a emissão de documentos comprobatórios é

essencial para garantir a legalidade das operações financeiras e assegurar a transparência das entidades do terceiro setor.

Considerando os aspectos anteriormente apresentados, a pesquisa incluiu uma nova questão com o intuito de verificar se as organizações religiosas atendidas pelos profissionais contábeis fazem uso de softwares destinados à gestão financeira. A proposta dessa indagação foi identificar o nível de informatização dos processos administrativos dessas entidades, tendo em vista que o uso de ferramentas tecnológicas adequadas contribui para o controle eficiente, a organização das informações e a conformidade com os princípios contábeis.

Conforme o gráfico 12, os dados apontam que 55,30% dos profissionais participantes (26 respondentes) informaram que as organizações religiosas atendidas utilizam exclusivamente planilhas eletrônicas para realizar o controle financeiro. Embora seja uma prática comum, esse método apresenta limitações quanto à segurança das informações e à integridade dos registros.

Apenas 14,90% da amostra (sete entrevistados) indicaram que as instituições fazem uso de sistemas específicos voltados à gestão contábil de igrejas, o que, apesar de ser a opção mais adequada, revela um índice ainda reduzido de adoção tecnológica especializada. Além disso, 12,80% (seis participantes) relataram o uso de softwares genéricos, não desenvolvidos para atender às particularidades do terceiro setor.



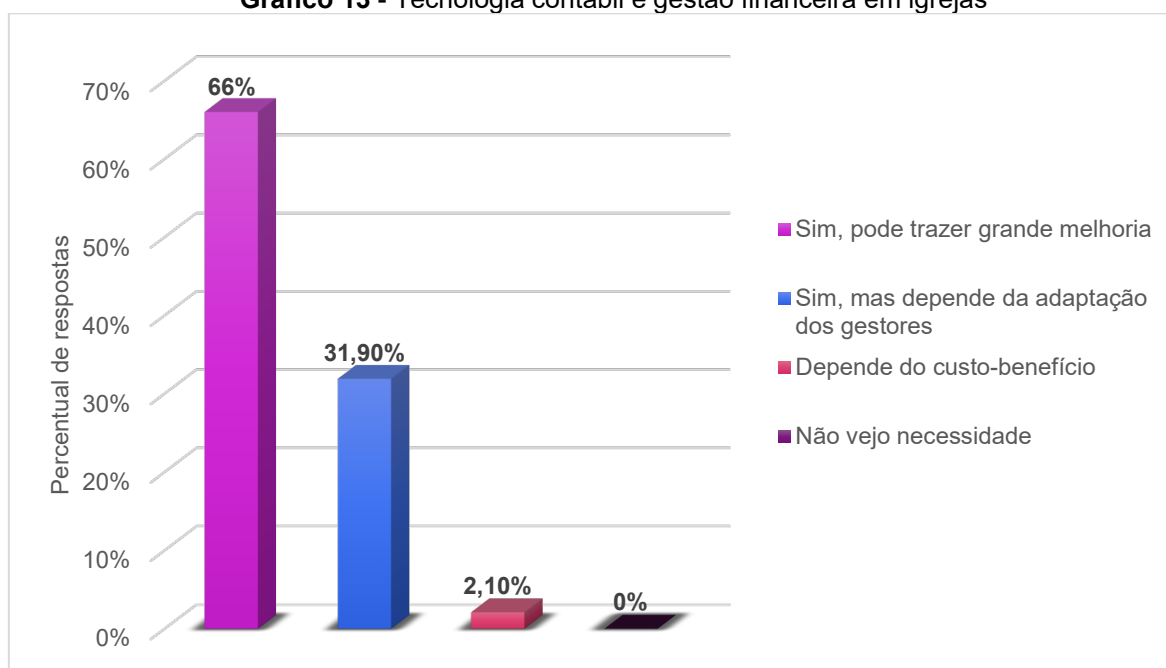
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Por fim, 17% dos respondentes (oito profissionais) afirmaram que as entidades atendidas não utilizam nenhum tipo de ferramenta digital para esse fim, evidenciando uma fragilidade significativa na estrutura organizacional. Conforme destaca Slomski (2012), a ausência de recursos tecnológicos na administração financeira pode comprometer a confiabilidade das informações contábeis e dificultar a tomada de decisões estratégicas dentro das instituições do terceiro setor.

Com base nos resultados apresentados, a pesquisa também buscou avaliar, sob a perspectiva dos profissionais participantes, se a adoção de tecnologias voltadas à contabilidade poderia contribuir para a melhoria da gestão financeira nas organizações religiosas. A proposta da pergunta foi compreender, a partir da experiência prática dos respondentes, o potencial das ferramentas tecnológicas como instrumento de apoio à administração, controle e transparência dos recursos.

Conforme a demonstração do gráfico 13, os resultados obtidos revelaram uma percepção amplamente favorável quanto à adoção de tecnologias contábeis nas organizações religiosas. De acordo com as respostas analisadas, 66% dos profissionais (31 participantes) concordaram plenamente que a implementação de sistemas tecnológicos pode promover avanços significativos tanto na administração financeira quanto nos processos contábeis dessas instituições.

**Gráfico 13** - Tecnologia contábil e gestão financeira em igrejas

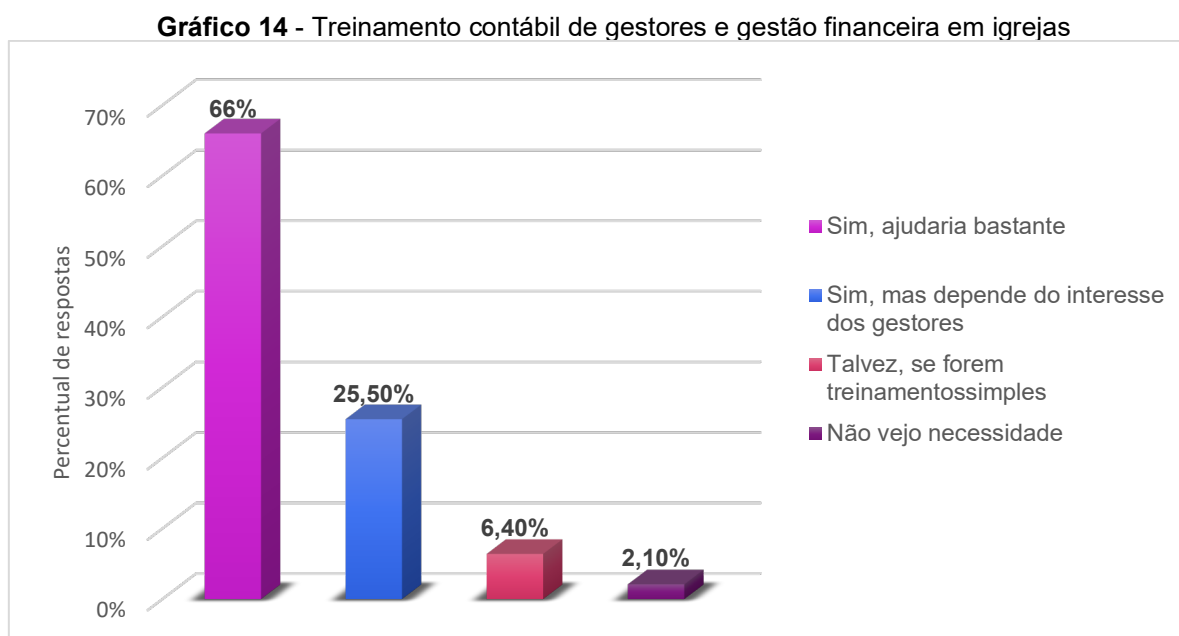


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2025).

Além disso, 31,90% da amostra (15 respondentes) reconheceram o potencial da informatização, embora ressaltem que sua eficácia dependerá da capacidade de adaptação dos gestores. Apenas 2,10% (um participante) destacou que a viabilidade da implantação está condicionada à relação entre custo e benefício para cada entidade.

Não foram registradas respostas contrárias à introdução desse tipo de recurso, o que reforça a relevância do tema. Como aponta Slomski (2012), o uso de ferramentas tecnológicas na contabilidade do terceiro setor contribui diretamente para a eficiência da gestão, a padronização dos procedimentos e a transparência na prestação de contas.

Dando sequência à análise, a pesquisa incluiu uma nova questão direcionada à opinião dos profissionais contábeis quanto à eficácia de treinamentos específicos voltados aos gestores de organizações religiosas. A proposta foi avaliar se a capacitação técnica, especialmente com foco em práticas contábeis, poderia contribuir para uma administração financeira mais eficiente, segura e alinhada às exigências normativas. Dados demonstrados conforme o gráfico 14.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os dados obtidos demonstram que a maioria dos profissionais consultados reconhece a relevância de treinamentos contábeis voltados aos gestores de organizações religiosas. Um total de 66% dos respondentes (31 participantes) afirmou

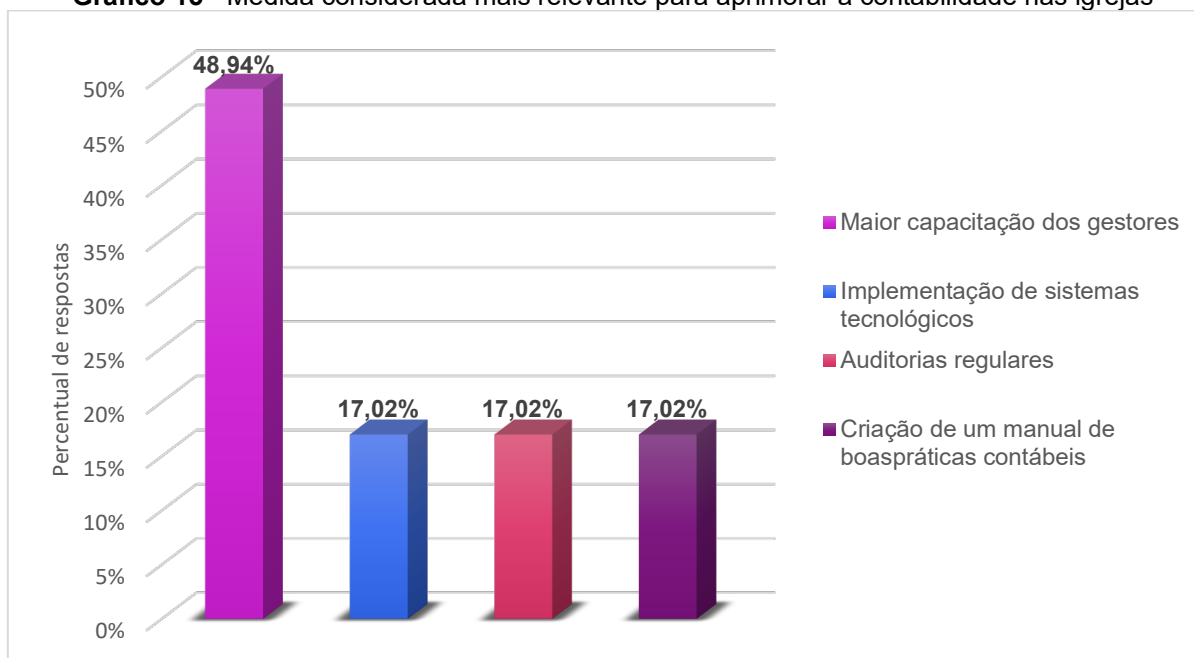
que esse tipo de capacitação contribuiria significativamente para a melhoria da gestão financeira nas igrejas.

Outros 25,50% (12 profissionais) também se posicionaram favoravelmente, porém destacaram que a efetividade dependeria do engajamento e da disposição dos responsáveis pelas instituições. Já 6,40% da amostra (três respondentes) indicaram que treinamentos poderiam ser úteis, desde que apresentassem conteúdo prático e acessível, revelando a necessidade de alinhar o formato das capacitações às realidades das entidades.

Apenas 2,10% (um participante) considerou que esse tipo de formação não seria necessário. Conforme ressalta Slomski (2012), investir na qualificação dos gestores é essencial para fortalecer os mecanismos de controle, garantir o cumprimento das obrigações legais e promover a sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

Por fim, a última questão do questionário buscou conhecer a percepção dos profissionais contábeis sobre qual medida seria considerada mais relevante para o aprimoramento da contabilidade nas organizações religiosas. A intenção foi identificar, a partir da experiência prática dos respondentes, quais ações ou estratégias poderiam contribuir de forma mais eficaz para elevar o nível de controle, transparência e conformidade dessas instituições. Resultados apresentados conforme o gráfico 15.

**Gráfico 15** - Medida considerada mais relevante para aprimorar a contabilidade nas igrejas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base nas respostas obtidas, verificou-se que, segundo a percepção dos próprios profissionais da contabilidade, a principal medida para aprimorar a contabilidade nas igrejas está relacionada à qualificação dos gestores. A maioria dos respondentes, representando 48,94% da amostra (23 participantes), destacou que é fundamental investir na capacitação daqueles que ocupam cargos administrativos nas organizações religiosas, sendo ideal que esses líderes possuam formação específica ou conhecimentos técnicos suficientes para desempenhar adequadamente suas funções.

Além disso, 17,02% dos entrevistados (oito respondentes) apontaram a implementação de tecnologias como estratégia relevante para fortalecer a gestão contábil. O mesmo percentual foi atribuído à realização de auditorias periódicas e à criação de um manual de boas práticas contábeis, ambos considerados recursos importantes para garantir a padronização e a transparência dos processos.

Ainda que todas as alternativas sejam válidas e contribuam para o fortalecimento institucional, os resultados evidenciam que, na visão dos profissionais que atuam diretamente com esse segmento, o preparo dos gestores é o fator que mais influência na melhoria da contabilidade das entidades religiosas. Conforme destaca Slomski (2012), a atuação competente da liderança é indispensável para assegurar a efetividade dos controles internos, a aderência às normas legais e a integridade das informações prestadas.

A análise dos dados reforça a ideia de que a melhoria da contabilidade nas organizações religiosas não depende exclusivamente da aplicação de normas técnicas, mas também do comprometimento e da qualificação de seus dirigentes. A ausência de conhecimento específico por parte dos gestores pode comprometer a eficiência na gestão dos recursos, dificultar a prestação de contas e enfraquecer a credibilidade da instituição junto à comunidade e aos órgãos reguladores.

Por esse motivo, torna-se evidente a necessidade de fomentar ações voltadas à formação continuada desses líderes, a fim de capacitá-los para a tomada de decisões alinhadas às exigências legais e aos princípios contábeis. Assim, os resultados da pesquisa indicam que o fortalecimento da contabilidade nas igrejas do terceiro setor deve ocorrer por meio de uma abordagem integrada, que una capacitação, inovação e responsabilidade na gestão dos recursos, assegurando a sustentabilidade e a legitimidade dessas instituições perante a sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam a importância da contabilidade como ferramenta estratégica na administração das organizações religiosas do terceiro setor. A pesquisa demonstrou que, além de cumprir uma função técnica de registro e controle financeiro, a contabilidade atua como um instrumento essencial para garantir a integridade das ações administrativas, promovendo a responsabilidade e a confiança perante a sociedade, os órgãos fiscalizadores e os próprios membros das instituições.

Os dados obtidos revelaram que, embora exista uma preocupação crescente com a regularização contábil, muitas entidades religiosas ainda enfrentam dificuldades estruturais, operacionais e técnicas. Fatores como a ausência de controle formal, o desconhecimento das normas contábeis, a resistência à adoção de sistemas tecnológicos e a carência de profissionais qualificados comprometem diretamente a qualidade da informação contábil produzida.

A falta de emissão sistemática de recibos, a fragilidade nos processos de prestação de contas e o uso limitado de ferramentas de gestão revelam a necessidade de avanços significativos nesse cenário. Outro aspecto que merece destaque é a percepção dos profissionais da contabilidade quanto à necessidade de capacitação dos gestores religiosos.

A maioria apontou que o aprimoramento do conhecimento administrativo por parte desses líderes é uma medida indispensável para alcançar uma contabilidade mais eficaz. Esse fator, somado à implantação de sistemas especializados e à institucionalização de boas práticas contábeis, constitui um caminho promissor para o fortalecimento da gestão nas organizações religiosas.

Treinamentos contínuos e ações educativas podem suprir lacunas técnicas e ampliar a consciência sobre a importância da contabilidade como suporte à missão institucional. A adoção da NBC ITG 2002, específica para entidades sem finalidade de lucros, aparece como elemento central na padronização das práticas contábeis.

No entanto, os dados coletados indicam que nem todas as organizações têm aplicado essa norma de forma integral, seja por desconhecimento, seja por limitações na estrutura organizacional. Este fato reforça a urgência de ações que aproximem as diretrizes técnicas da realidade vivenciada pelas entidades religiosas, promovendo maior acessibilidade e compreensão das exigências legais.

Neste contexto, conclui-se que a contabilidade, quando aplicada de maneira adequada, pode contribuir significativamente para a transparência, a eficiência e a sustentabilidade das organizações religiosas do terceiro setor. Este trabalho, portanto, não apenas cumpre sua função investigativa, mas também se propõe a colaborar com gestores, contadores, estudiosos e demais interessados, oferecendo uma visão crítica e orientadora sobre a temática.

Além das contribuições diretas à temática da contabilidade aplicada às organizações religiosas, este estudo também oferece aportes relevantes para diferentes esferas da sociedade. No campo social, o trabalho colabora com o fortalecimento da transparência e da responsabilidade na gestão de recursos em instituições que exercem papel significativo no atendimento de demandas coletivas, promovendo ações assistenciais, educativas e espirituais. Ao incentivar boas práticas contábeis e administrativas, a pesquisa contribui para a construção de entidades mais organizadas, sustentáveis e confiáveis perante a comunidade em que atuam.

No âmbito acadêmico, a investigação amplia o debate sobre o terceiro setor, especialmente no que se refere às especificidades das entidades religiosas, frequentemente pouco exploradas na literatura científica. O estudo serve como referência para futuras pesquisas que desejem aprofundar a análise das normas contábeis aplicáveis, dos desafios enfrentados pelas instituições sem fins lucrativos e das possibilidades de aprimoramento dos modelos de gestão voltados ao interesse público.

Para os profissionais da contabilidade, os resultados apresentados funcionam como um subsídio prático e reflexivo. A análise dos dados evidencia pontos críticos que exigem atenção técnica, ética e estratégica por parte dos contadores que atuam no setor. A pesquisa destaca a necessidade de constante atualização e uso de tecnologias, valorizando o contador como agente estratégico na promoção da eficiência, conformidade e integridade das instituições.

Por fim, este trabalho permanece em aberto para a realização de novas pesquisas acadêmicas, tendo em vista que os resultados apresentados não têm a intenção de serem interpretados com verdade absoluta, mais sim como um ponto de partida para investigações futuras. Dessa maneira, o estudo preserva a flexibilidade necessária para incorporar novas perspectivas e adaptações, garantindo que o conhecimento gerado continue relevante e aplicável no futuro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Aline; BONHO, Fabiana T. **Contabilidade do terceiro setor**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028593/>. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**. Ofício Circular nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS, de 5 de julho de 2022. Orientações acerca do artigo 1.º da Resolução CNS n.º 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-conselho/camaras-tecnicas-ecomissoes/conep/legislacao/oficios-circulares/oficio-circular-no-17-de-5-de-julho-de2022.pdf/view>. Acesso em: 22 mai. 2025.

CARNEIRO, J. D. **Resolução CFC N.º 1.374/11**. Brasília, 08 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1374-2011.htm>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CARNEIRO, J. D. **Resolução CFC N.º 1.409/12**. Brasília, 21 de setembro de 2012. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2003/000966](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000966). Acesso em: 22 mar. 2025.

CAZUMBÁ, Nailton. **Terceiro setor: origem do termo**. Curitiba, PR: Nossa causa, 2013. Disponível em: <https://nossacausa.com/terceiro-setor-a-origem-do-termo/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CESAR, Rogerio. **A Revolução da Contabilidade Digital e Seu Impacto na Vida das Pessoas: da automação à inteligência artificial: como a contabilidade digital impacta empresas e pessoas**. 21 jan. 2025. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/68945/contabilidade-digital-vantagens-desafios-e-impactos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COELHO, J. M. A. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual**. Brasília, 23 set. 2016. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581334192/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

CRCSC. **Criador da contabilidade: Frei Luca Pacioli**. Florianópolis, SC: Conselho Regional da Contabilidade de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://www.crcsc.org.br/pagina/view/6>. Acesso em: 16 set. 2023.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. ISBN 9788597020991. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/>. Acesso em: 21 mai. 2025.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** Parauapebas (PA): Cidades e Estados, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/parauapebas.html>. Acesso em: 21 mai. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/>. Acesso em: 08 mai. 2025.

LANCER, C. A. **Tecnologias e Softwares para Facilitar a Contabilidade no Terceiro Setor**. Maceió, 2024. Disponível em: <https://lancercontadores.com.br/2024/11/01/tecnologias-softwares-contabilidade-terceiro-setor/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029576/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

MONSER, Souza; PINTO Junior, et al. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. Brasília, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/jscon/Downloads/Publicacao\\_Terceiro-Setor.pdf](file:///C:/Users/jscon/Downloads/Publicacao_Terceiro-Setor.pdf). Acesso em: 26 mai. 2025.

OLIVEIRA, Juliana. **ITG 2002: CFC publica mudanças na contabilidade do Terceiro Setor**. Brasília, 2 set. 2015. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PDG, Grupo. **Contabilidade para templos religiosos: guia completo**. São Paulo, 11 out. 2024. Disponível em: <https://expansioncontabilidade.com.br/contabilidade-para-templos-religiosos-guia-completo/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

RACHID, J. A. D. **Contabilidade do 3º setor para as entidades sem fins lucrativos e templos religiosos**. Disponível em: [https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila\\_Terceiro\\_Setor\\_Sind\\_Contabilistas.pdf](https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Setor_Sind_Contabilistas.pdf). Acesso em: 17 fev. 2025.

ROUSSEFF, Dilma. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Brasília, 31 jul. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 17 fev. 2025.

ROUSSEFF, Dilma. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Brasília, 14 dez. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13204.htm). Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, M. A. **Religião e voluntariado: contribuições para o terceiro setor.** Revista de Ciências Sociais, n. 18, p. 45–58, 2012. Acesso em: 01 mar. 2025.

SILVA, L. I. L.; BASTOS, M. T. **Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003.** Brasília, 22 dez. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.825.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.825.htm). Acesso em: 02 mar. 2025.

SLOMSKI, Valmor. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas.** Rio de Janeiro: Atlas, 2012. ISBN 9788522480166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522480166/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TACHIZAWA, Takeshi. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação.** 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022186/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

UNIÃO. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Diário Oficial da União, 24 mai. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA FINS DE PESQUISA DE CAMPO

Objetivo: avaliar a contabilidade nas organizações religiosas do terceiro setor, destacando sua importância na gestão dos recursos e na transparência.

1. Há quanto tempo você trabalha com contabilidade para organizações religiosas?
  - (A) Menos de 1 ano
  - (B) De 1 a 3 anos
  - (C) De 4 a 6 anos
  - (D) Mais de 6 anos
  
2. Qual é o seu nível de formação acadêmica?
  - (A) Graduação em Ciências Contábeis
  - (B) Pós-graduação ou especialização em Contabilidade
  - (C) Mestrado ou Doutorado na área contábil
  - (D) Apenas cursos técnicos na área contábil
  
3. Você possui registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)?
  - (A) Sim
  - (B) Não
  
4. Você tem conhecimento sobre a NBC ITG 2002, que regulamenta a contabilidade para entidades sem fins lucrativos?
  - (A) Sim, conheço e aplico na prática
  - (B) Sim, conheço, mas não aplico totalmente
  - (C) Já ouvi falar, mas não conheço em detalhes
  - (D) Nunca ouvi falar
  
5. A organização religiosa que você atende segue corretamente a NBC ITG 2002?
  - (A) Sim, completamente
  - (B) Sim, mas com algumas dificuldades
  - (C) Não segue totalmente
  - (D) Não sei dizer

6. Quais são as maiores dificuldades para a aplicação das normas contábeis em igrejas?

- (A) Falta de conhecimento técnico dos gestores
- (B) Resistência em seguir normas formais
- (C) Falta de controle financeiro adequado
- (D) Todas as alternativas acima

7. Como a igreja que você atende mantém o controle financeiro?

- (A) Utiliza software de gestão contábil especializado
- (B) Utiliza planilhas eletrônicas (Excel, Google Sheets, etc.)
- (C) Mantém registros apenas físicos (papel)
- (D) Não há controle financeiro organizado

8. Em sua experiência, os gestores das igrejas são transparentes quanto às finanças?

- (A) Sim, totalmente
- (B) Sim, mas há falta de detalhamento
- (C) Não, há resistência em divulgar informações
- (D) Não sei avaliar

9. Quais são as principais dificuldades encontradas na prestação de contas das igrejas?

- (A) Falta de documentos comprobatórios
- (B) Erros no registro de doações e despesas
- (C) Falta de conhecimento contábil dos responsáveis
- (D) Todas as alternativas acima

10. As igrejas que você atende cumprem corretamente as obrigações fiscais e tributárias exigidas?

- (A) Sim, seguem todas as exigências legais
- (B) Sim, mas com dificuldades ocasionais
- (C) Não, enfrentam problemas fiscais recorrentes
- (D) Não sei avaliar

11. Como as igrejas que você atende lidam com a emissão de recibos de doações?
- (A) Sempre emitem e registram corretamente
  - (B) Emitem, mas sem um controle rigoroso
  - (C) Nem sempre emitem os recibos corretamente
  - (D) Não há emissão de recibos
12. A igreja para a qual você presta serviço utiliza software de gestão financeira?
- (A) Sim, um sistema especializado para igrejas
  - (B) Sim, mas um software genérico
  - (C) Apenas planilhas eletrônicas
  - (D) Não utiliza nenhuma ferramenta digital
13. Em sua opinião, a implementação de tecnologia contábil pode melhorar a gestão financeira das igrejas?
- (A) Sim, pode trazer grande melhoria
  - (B) Sim, mas depende da adaptação dos gestores
  - (C) Depende do custo-benefício
  - (D) Não vejo necessidade
14. Você acredita que treinamentos contábeis específicos para gestores de igrejas ajudariam na administração financeira?
- (A) Sim, ajudaria bastante
  - (B) Sim, mas depende do interesse dos gestores
  - (C) Talvez, se forem treinamentos simples
  - (D) Não vejo necessidade
15. Qual medida você considera mais importante para melhorar a contabilidade das igrejas?
- (A) Maior capacitação dos gestores
  - (B) Implementação de sistemas tecnológicos
  - (C) Auditorias regulares
  - (D) Criação de um manual de boas práticas contábeis

## Página de assinaturas



**Karine Silva**  
066.928.732-66  
Signatário



**Sara Carvalho**  
017.799.872-50  
Signatário



**Mateus Sousa**  
034.782.562-16  
Signatário



**William Gomes**  
035.216.042-09  
Signatário

## HISTÓRICO

- |                         |   |   |
|-------------------------|---|---|
| 23 jun 2025<br>10:25:47 |  | <b>Karine Lorrane França da Silva</b> criou este documento. ( Email: karinelorrane899@gmail.com, CPF: 066.928.732-66 )  |
| 23 jun 2025<br>10:25:48 |  | <b>Karine Lorrane França da Silva</b> (Email: karinelorrane899@gmail.com, CPF: 066.928.732-66) visualizou este documento por meio do IP 170.239.200.210 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil |
| 23 jun 2025<br>10:27:57 |  | <b>Karine Lorrane França da Silva</b> (Email: karinelorrane899@gmail.com, CPF: 066.928.732-66) assinou este documento por meio do IP 170.239.200.210 localizado em Parauapebas - Pará - Brazil    |
| 23 jun 2025<br>12:24:08 |  | <b>Mateus da Silva Sousa</b> (Email: cienciascontabeis@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) visualizou este documento por meio do IP 179.151.218.35 localizado em Belém - Pará - Brazil            |
| 23 jun 2025<br>12:24:13 |  | <b>Mateus da Silva Sousa</b> (Email: cienciascontabeis@fadesa.edu.br, CPF: 034.782.562-16) assinou este documento por meio do IP 179.151.218.35 localizado em Belém - Pará - Brazil               |
| 23 jun 2025<br>17:00:13 |  | <b>William Araujo Gomes</b> (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) visualizou este documento por meio do IP 170.231.134.46 localizado em Imperatriz - Maranhão - Brazil    |
| 23 jun 2025<br>17:00:24 |  | <b>William Araujo Gomes</b> (Email: william.gomesaraujo@outlook.com, CPF: 035.216.042-09) assinou este documento por meio do IP 170.231.134.46 localizado em Imperatriz - Maranhão - Brazil       |
| 23 jun 2025<br>11:17:04 |  | <b>Sara Carvalho</b> (Email: csaradeboracontato@gmail.com, CPF: 017.799.872-50) visualizou este documento por meio do IP 191.246.225.49 localizado em Belém - Pará - Brazil                       |



23 jun 2025

11:17:22



**Sara Carvalho** (Email: [csaradeboracouto@gmail.com](mailto:csaradeboracouto@gmail.com), CPF: 017.799.872-50) assinou este documento por meio do IP 191.246.225.49 localizado em Belém - Pará - Brazil

